

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

JESSICA COSTA DE ARAUJO

**A OBRIGATORIEDADE DA DISCIPLINA SOCIOLOGIA:
DEBATES NA IMPRENSA CARIOCA E PAULISTA
(2001-2008)**

Rio de Janeiro

2019

Araujo, Jessica Costa de.

A obrigatoriedade da disciplina sociologia: debates na imprensa carioca e paulista (2001-2008)/ Jessica Costa de Araujo. – 2019.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2019.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Antônio Carneiro da Silva.

1. Sociologia. 2. Imprensa. 3. Debate Público – Dissertação. I. Silva, Marcos Antônio Carneiro da (Orient.). II Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação. III. A obrigatoriedade da disciplina sociologia: debates na imprensa carioca e paulista (2001-2008).

JESSICA COSTA DE ARAUJO

**A OBRIGATORIEDADE DA DISCIPLINA SOCIOLOGIA:
DEBATES NA IMPRENSA CARIOCA E PAULISTA
(2001-2008)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof^o Dr^o Marcos Antônio Carneiro da Silva

Aprovada em ___/___/_____

Prof. Dr. Marcos Antônio Carneiro da Silva – UFRJ

Prof. Dr. Rogerio Mendes de Lima- PEDRO II

Prof.Dr. Victor Melo - UFRJ

“Não existe neutralidade possível: o intelectual
deve optar entre o compromisso com os
exploradores ou com os explorados”

Florestan Fernandes

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar a Deus, pela vida e por ter estado comigo até aqui.

À minha bisavó, Maria José, carinhosamente chamada de “Quinha”, ainda que não esteja mais presente fisicamente, foi a maior inspiração para a realização deste trabalho.

Aos meus pais, Sônia e Luis Carlos, por todo amor, carinho, compreensão ao longo de toda minha vida. Por terem sempre acreditado em mim e nunca medirem qualquer esforço e empenho na realização da minha trajetória escolar e acadêmica.

Ao meu esposo, Thiago Lopes, pela paciência, parceria e amor. A sua cumplicidade, compreensão e estímulo foram essenciais em todo o desenrolar da pesquisa e em toda a minha vida.

Às minhas avós e tios, pela confiança e amor dedicados.

Ao meu orientador, prof. Dr. Marcos Antônio Carneiro da Silva, pelo suporte e atenção dados e pelos diálogos construídos ao longo deste tempo.

Aos meus queridos amigos, Isabella, Isabele, Alan, Juliana, Gabriela e Cadu, que foram os presentes que o PPGE me deu. Sem nossas conversas e desabafos esse caminho teria sido muito mais difícil.

Aos companheiros e colegas do Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes, por todo o conhecimento adquirido e trocado ao longo de tanto tempo, em especial a querida professora e amiga Anita Handfas, pelo respeito, carinho e por todo auxílio fornecido.

Aos meus alunos, que todos os dias fomentam e animam a minha prática docente.

RESUMO

ARAÚJO, Jessica Costa de. A obrigatoriedade da disciplina sociologia: debates na imprensa carioca e paulista (2001-2008). Rio de Janeiro, 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Essa dissertação tem como objetivo refletir sobre o debate público ocorrido em jornais da imprensa carioca e paulista sobre a obrigatoriedade da disciplina sociologia, a partir do recorte cronológico que se inicia no ano de 2001, ano do veto do projeto de lei que tornava obrigatória a disciplina no Ensino Médio pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e se estende até o ano de 2008, período em que a disciplina se tornou obrigatória no currículo das três séries do ensino médio, por meio da lei 11.684/08, que incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Para tal, busquei compreender o modo como os jornais O Globo, A Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo trataram desta temática, através da análise crítica dessas fontes históricas. Desse modo, estabelecemos as seguintes questões: Como se deu o debate sobre o veto e a reintrodução da disciplina no cenário político educacional de cada época? Como as instituições se posicionaram nesse debate? Quais foram? Como os governos FHC e Lula e as instituições abordaram o debate sobre a reintrodução? A partir do debate, qual a relação entre educação e sociedade em cada período ou governo? Logo, ao verificar o debate público nos jornais, notou-se certa oscilação de posicionamento das notícias, ou seja, em determinados momentos os jornais se posicionam a favor e em certos momentos contra a reintrodução da sociologia. Cada governo demarcou características distintas, sempre direcionadas aos seus projetos e concepções políticas, a saber, o governo FHC apresentou uma relação reprodutora, com o veto na disciplina, e o governo Lula, uma relação transformadora, a partir da reintrodução da sociologia.

Palavras- chave: debate público; obrigatoriedade/transversalidade da sociologia; currículo; educação e sociedade.

ABSTRACT

ARAUJO, Jessica Costa. The obligation of the discipline sociology: press debates from Rio de Janeiro and São Paulo (2001-2008). Rio de Janeiro, 2019. Dissertation (Master's in Education) - College of Education, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This dissertation aims to reflect on the public debate occurred in newspapers from Rio de Janeiro and São Paulo regarding the obligation of the discipline sociology, starting from the chronological cut that begins in the year 2001, year of veto of the bill that made mandatory the discipline in High School by President Fernando Henrique Cardoso, and extends until the year 2008, a period in which the discipline became mandatory in the curriculum of the three high school series, through Law 11.684/08, which included Philosophy and Sociology as mandatory subjects in high school curricula. Therefore, I tried to understand how the newspapers O Globo, Folha de São Paulo and the State of São Paulo dealt with this theme through the critical analysis of these historical sources. In this way, we established the following questions: How did the debate about the veto and the reintroduction of the discipline took place in the educational political scene of each period? How have institutions positioned themselves in this debate? Which were? How did the governments FHC and Lula and the institutions address the debate about reintroduction? From the debate, what is the relationship between education and society in each period or government? Thus, when the public debate in the newspapers was checked, there was a certain oscillation in the positioning of the news, that is, at certain moments the newspapers stood in favor and at other times stood against the reintroduction of sociology. Each government demarcated distinct characteristics, always directed to its projects and political conceptions, namely, the FHC government presented a reproductive relationship, with the veto in the discipline, and the Lula government, a transforming relationship, starting from the reintroduction of sociology.

Keywords: public debate; obligation / transversality of sociology; curriculum; education and society.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1: Notícias Totais	Pág. 20
Gráfico 2: Notícias Totais x Específicas sobre a Temática da Sociologia como Disciplina Escolar	Pág. 21
Gráfico 3: Período FHC: Total de Notícias Específicas	Pág. 22
Gráfico 4: Período FHC: Total de Notícias Específicas nos Jornais Investigados	Pág. 22
Gráfico 5: Período LULA: Total de Notícias Específicas	Pág. 23
Gráfico 6: Período LULA: Total de Notícias Específicas nos Jornais Investigados	Pág. 23
Gráfico 7: Período FHC: Classificação das Notícias como Favoráveis, Contrárias e Indefinidas	Pág.24
Gráfico 8: Período LULA: Classificação das Notícias como Favoráveis, Contrárias e Indefinidas	Pág. 25

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1:** Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito do aconselhamento dado pelo Ministro da Educação ao FHC para vetar a sociologia. Pág.34
- Figura 2:** Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito do posicionamento do Ministério da Educação contrário à sociologia no currículo. Pág. 35
- Figura 3:** Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito da aprovação pelo Senado do projeto de lei Senado que torna a sociologia obrigatória. Pág. 36
- Figura 4:** Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da obrigatoriedade da sociologia. Pág. 37
- Figura 5:** Notícia do Jornal O Globo a respeito do posicionamento de entidades sobre a obrigatoriedade da sociologia. Pág. 39
- Figura 6:** Notícia do Jornal O Globo a respeito do posicionamento contrário da sociedade civil sobre a obrigatoriedade da sociologia e filosofia. Pág. 40
- Figura 7:** Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da presença desnecessária da sociologia no currículo. Pág. 42
- Figura 8:** Notícia do Jornal O Globo a respeito do posicionamento favorável da sociedade civil a respeito da sociologia. Pág. 43
- Figura 9:** Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito do posicionamento favorável do Ministério da Educação sobre a sociologia. Pág. 45
- Figura 10:** Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da relevância da sociologia no ensino médio. Pág. 46
- Figura 11:** Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da posição contrária à presença da sociologia do CEESP (Conselho Estadual de Educação de São Paulo). Pág. 47
- Figura 12:** Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da obrigatoriedade da sociologia a partir da lei 11.684/2008. Pág. 48
- Figura 13:** Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da volta da sociologia no currículo escolar. Pág. 49
- Figura 14:** Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito do veto dado por FHC na obrigatoriedade da sociologia. Pág. 54
- Figura 15:** Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito do apoio dado pela sociedade civil ao veto na sociologia, por FHC. Pág. 56
- Figura 16:** Notícia do Jornal O Globo a respeito do veto dado por FHC na sociologia representar a liberdade de ensino. Pág. 57
- Figura 17:** Notícia do Jornal O Globo a respeito da importância da sociologia no processo de ensino-aprendizagem. Pág. 61

SIGLAS

ABI - Associação Brasileira de Imprensa
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação
ANDES - Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior
APSERJ - Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro
APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo
APG - Associação Nacional de Pós-Graduandos
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCJC - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEC - Comissão de Educação e Cultura
CEESP - Conselho Estadual de Educação de São Paulo
CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNE - Conselho Nacional de Educação
CNPL - Confederação Nacional das Profissões Liberais
CNPL - Confederação Nacional dos Profissionais Liberais
CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DCNEM - Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
FHC - Fernando Henrique Cardoso
FNSB - Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil
LabES - Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
MS – Mato Grosso do SUL
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil
ONU - Organização das Nações Unidas
ONG - Organização Não- Governamental
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PR - Paraná
PLC - Projeto de Lei da Câmara
PL - Projeto de Lei
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia
SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SINSESP - Sindicato das Secretárias e Secretários do Estado de São Paulo
SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
UNE - União Nacional dos Estudantes
UBES - União Nacional dos Estudantes Secundaristas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS	31
2.1 Governo FHC. (1995-2003).....	31
2.1.1 Instituições Governamentais.....	31
2.1.2 Instituições Não Governamentais.....	38
2.1.3 Veto Presidencial.....	41
2.2 Governo LULA.....	43
2.2.1 Instituições Governamentais.....	43
2.2.2 Instituições Não Governamentais.....	47
2.2.3 Reintrodução da disciplina.....	48
3. PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS GOVERNAMENTAIS: ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES	50
3.1 Governo FHC ((1995-2002).....	50
3.2 Governo LULA ((2003-2011).....	57
CONCLUSÃO.....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	68

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta dissertação é analisar o debate público ocorrido em jornais da imprensa carioca e paulista sobre a obrigatoriedade da sociologia, no recorte cronológico que se inicia no ano de 2001, período em que o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou projeto de lei que tornava obrigatória a disciplina no Ensino Médio¹, e se estende até o ano de 2008, período em que, já sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, a disciplina se torna obrigatória no currículo das três séries do ensino médio, por meio da lei 11.684/08². Especificamente, a pesquisa focalizou os jornais O Globo, A Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, através da análise crítica dessas fontes históricas.

O presente trabalho é fruto de duas motivações: a primeira, minha trajetória com a sociologia na universidade, e a segunda, minha experiência como docente de sociologia na educação básica. Desde o segundo ano do curso de graduação em Licenciatura em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, estive em contato com leituras e referenciais teóricos ligados à temática do ensino de sociologia. Tal relação se deu a partir de participação em programas institucionais como o PIBIC³ (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) e o PIBID⁴ (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência). No período em que atuei como bolsista de iniciação científica, no Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes (LabES), desenvolvi uma pesquisa utilizando o jornal como fonte de investigação para verificar a ocorrência e o tratamento dado por esse veículo às notícias sobre o ensino de sociologia no ensino secundário. Nesta pesquisa, investiguei e analisei as notícias do jornal O Estado de São Paulo⁵, no recorte temporal com início nos anos de 1920 até meados dos anos 2000.

¹ Em 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso vetou integralmente o projeto de lei aprovado pela Câmara e pelo Senado que tornava obrigatórias aulas de filosofia e de sociologia no ensino médio. O texto, de autoria do deputado Padre Roque (PT-PR), que alterava o artigo 36 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), foi considerado contrário ao interesse público.

² A Lei nº 11.684/08 altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

³ O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem por objetivo inserir o estudante de graduação no contexto de pesquisas científicas, ampliando sua formação acadêmica, através da concessão de bolsas.

⁴ O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tem por intuito promover o vínculo entre os estudantes e as salas de aula da rede pública, através da tríade: graduandos-professores universitários e professores da educação básica. Dessa forma, os estudantes recebem bolsas de iniciação para que se dediquem ao estágio supervisionado nas escolas públicas.

⁵ O estudo desenvolvido no Laboratório de Ensino de Sociologia Florestan Fernandes, coordenado pelas professoras Anita Handfas e Julia Polessa Maçaira, se situava em um amplo projeto de pesquisas

Com base nos dados levantados, foi possível constatar que as notícias apresentavam traços semelhantes entre si, como o debate sobre a reintrodução da disciplina no currículo, o veto do presidente em exercício Fernando Henrique Cardoso, e a presença e ausência de agentes externos, como instituições políticas no debate sobre o ensino da sociologia. Por meio desta pesquisa, tive acesso a bibliografia de autores que analisam essa mesma temática e constatei uma carência significativa de trabalhos que busquem traçar a trajetória da sociologia como disciplina escolar do ponto de vista da imprensa escrita. Nesse sentido, é importante ressaltar que o debate sobre a reintrodução da sociologia no currículo é marcado por uma trama complexa que envolvem diferentes atores e instituições.

Ainda que não seja o foco deste estudo captar a trajetória histórica da sociologia por meio dos jornais investigados, este movimento é importante para traçar, ainda que brevemente, essa história. Além disso, é fundamental compreendermos o papel das instituições educacionais, como o Ministério da Educação e o Conselho Nacional de Educação, ao longo do período destacado. Dessa forma, no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases incluiu, no artigo 36, o “domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”:

§ 1º. Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do Ensino Médio o educando demonstre: III – domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania. (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996, artigo 36, §1º)

A LDB de 1996 também previu algumas finalidades para esta etapa da educação básica, no que tange à inclusão de disciplinas como a sociologia:

Muito se tem falado do poder de formação dessa disciplina, em especial na formação política, conforme consagra o dispositivo legal (LDB nº 9.394/96, art. 36º, § 1º, III) quando relaciona — conhecimentos de Sociologia e — exercício da cidadania [...] No entanto, sempre estão presentes nos conteúdos de ensino de Sociologia temas ligados à cidadania, à política em sentido amplo (quando, muitas vezes no lugar da Sociologia *stricto sensu*, os professores trazem conteúdos, temas e autores da Ciência Política) [...], ou ainda preocupações com a participação

intitulado *As Ciências Sociais no Brasil e a Constituição da Sociologia como disciplina escolar*. Na investigação realizada, fiz um levantamento sobre as reportagens e matérias que a imprensa escrita publicou sobre a temática do ensino de sociologia, tendo como foco o jornal O Estado de São Paulo, no período dos anos 1920 aos anos 2000.

comunitária, com questões sobre partidos políticos, eleições e etc. (BRASIL. Ministério da Educação, 2006, p. 104).

Tais escritos propiciaram interpretações distintas quanto à presença da sociologia no currículo. Um grupo ligado à base parlamentar e política de apoio a Fernando Henrique Cardoso entendiam que a sociologia deveria ser incluída através da transversalidade, ou seja, tendo seu conteúdo tratado por outras disciplinas. Já aqueles ligados a base política do governo Luiz Inácio Lula da Silva defendia a inclusão da disciplina no currículo, alegando que sua inserção traria maior formação crítica aos estudantes. Este movimento visando à retomada da sociologia se reproduziu em âmbito nacional, culminando com a inclusão da disciplina nos currículos escolares em 10 estados nos anos 1990.

Contudo, para os setores que reivindicavam a presença obrigatória da disciplina no currículo, a proposta da transversalidade não satisfaz, fazendo com que retomassem as discussões, a partir do apoio do Legislativo. Nesse percurso, destacam-se dois projetos de lei apresentados por dois deputados federais, em ordem: o Projeto de Lei 3178/1997, do deputado Padre Roque Zimmermann que, apesar de aprovado pelo Congresso Nacional, foi vetado no mês seguinte pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. E o segundo projeto de lei 1.641/2003, de autoria do deputado Ribamar Alves que teve início no ano de 2003 e culminou com sua promulgação em 2008, com a lei 11.684/2008. Esta lei alterou o artigo 36 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional⁶ estabelecendo assim a obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia em todas as séries do Ensino Médio. Esse veto, promulgado no ano de 2001, indeferiu a presença da disciplina sociologia e filosofia no currículo da educação básica, sob a justificativa que a mesma geraria ônus aos cofres públicos, além de afirmar que não havia profissionais suficientes para atuar na área:

"[...] o projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará a constituição de ônus para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade da criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas, com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no país formação suficiente de tais profissionais para atender à demanda que advirá caso fosse sancionado o projeto, situações que por si só recomendam que seja vetado na sua

⁶ Lei (Lei Nº 9394/96), no inciso III, prevê o domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

totalidade por ser contrário ao interesse público”. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001).

O período que circunda estes dois projetos de lei mencionados acima e suas repercussões na imprensa escrita é o foco desta pesquisa, onde buscarei entender o papel que as instituições governamentais e não governamentais ocuparam no debate público e qual o sentido atribuído à disciplina sociologia.

Neste estudo, considera-se que a imprensa além de um instrumento de comunicação é também um meio privilegiado para apreender o debate público em vários campos, inclusive o educacional. Pode-se afirmar, então, que “os veículos impressos se apresentam como prova viva dos métodos e concepções pedagógicas de uma determinada época” (AMARAL apud NÓVOA, 2002). Dessa forma, parto da premissa de que as discussões no campo da imprensa sofrem influências diversas, inclusive de disputas mercadológicas, sociais, ideológicas e, conseqüentemente, curriculares. Além disso, não reproduzem todas as interpretações de uma época.

Concebe-se aqui o jornal como “um importante veículo e sujeito da história, pois se incumbe de registrar, explicar, discutir e comentar as coisas do mundo” (CRUZ, 2000; DARNTON; LUCA, 2006; ROCHE, 1996, apud CAMPOS, 2012). Nesse sentido, a imprensa adquire papel de destaque como fonte historiográfica e muito contribui para historicizar as relações políticas expressas no pensamento educacional.

É importante denotar que as fontes impressas tiveram papel singular no processo de cunho civilizatório pelo qual o Brasil passou durante os séculos XIX e XX, que tinha como intuito padronizar o indivíduo que aqui habitava, a partir de seus comportamentos, gostos e valores (ARAUJO, 2016). Porém, houve certa resistência de escrever uma história utilizando a imprensa como meio de análise. Ou seja, “reconhecia-se a importância de tais impressos, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da história por meio da imprensa” (LUCA, 2005).

É forte a ideia de que o historiador deve utilizar de fontes marcadas pela objetividade e neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de distanciadas de seu próprio tempo. A imprensa deve ser utilizada como fonte primária de pesquisas, uma vez que seus registros são fragmentados da realidade e estão sob diversas influências, logo não é uma possibilidade aceitável do ponto de vista científico. Logo, neste contexto, instaurou-se uma hierarquia entre documentos e fontes documentais, onde cabia ao jornal uma posição inferior no trato e na análise de assuntos relativos ao passado. Contudo, com introdução, difusão e o itinerário de jornais e jornalistas,

percebeu-se a importância destes impressos e uma crescente preocupação de se escrever uma história da imprensa.

O número de estudos históricos que se valiam da imprensa periódica como fonte, especificamente, jornais e revistas, eram escassos até a década de 1970 (ARAÚJO, 2016). Somente a partir deste período que a imprensa passaria, aos poucos, a ser considerada uma fonte realmente válida:

“Em sua participação no livro organizado por Carla Pinsky, *O Historiador e Suas Fontes*, Tânia Regina de Luca pontua que a segunda metade do século XX testemunhou uma significativa mudança de paradigma no campo dos estudos historiográfico, no que diz respeito à análise dos periódicos. De acordo com Luca, somente a partir da década de 1970 o jornal passa a ser concebido como um possível objeto da pesquisa histórica e deixa de ser utilizado, tão somente, apenas “como fonte confirmadora de análises apoiadas em outros tipos de documentação” (LUCA, 2010, p.118 apud MAZINI, 2012).

Ainda de acordo com Mazini (2012) um momento que marca esta fase de mudanças é a publicação da obra *O Bravo Matutino* (1980), de Maria Helena Capelato e Maria Lidia Prado. As pesquisadoras elencaram, na época, o jornal *O Estado de São Paulo* como fonte de investigação, o que veio a representar um fato novo, uma vez que não se utilizavam os jornais como bases de investigações em pesquisas históricas:

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se inserem. (CAPELATO e PRADO, 1980, p. 19 apud Mazini, 2012)

Para a análise da temática proposta nesta dissertação, a pesquisa se fundamenta na concepção de uma sociologia pública, condensada nas contribuições de Michael Burawoy e Ruy Braga. No livro *Por uma Sociologia Pública* (2009), os autores compreendem este conceito como uma forma de se fazer sociologia que seja capaz de se comunicar com diferentes públicos, além de supor, também, uma modalidade determinada de engajamento intelectual.

Tal conceito surge quando Michael Burawoy assume a presidência da *American Sociological Association*, entre 2000 e 2005. Carvalho (2015) aponta que, em seu discurso, o autor apresentou um diálogo com o relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais, dirigido por Immanuel Wallerstein e intitulado “Abrir as ciências sociais”. Ainda para a autora:

“Para Burawoy (2007), o relatório demonstra a ausência da abordagem de duas questões centrais. A primeira é “conhecimento para quem?”. A sociologia dialoga com seus próprios pares ou com pessoas exteriores à academia? De acordo com as indicações de Burawoy (2009b), esta questão diz respeito a uma distinção entre audiências: de um lado, a comunidade de acadêmicos e de cientistas que buscam compreender e explicar o mundo (audiência acadêmica) e, por outro, pessoas para além da academia (audiência extra-acadêmica). A segunda questão, “conhecimento para quê?”⁷, separa analiticamente o conhecimento segundo seus meios e seus fins últimos. O conhecimento sociológico é instrumental, ou seja, está preocupado em determinar os meios apropriados a determinados fins ou, por outro lado, é reflexivo, dedicado à discussão daqueles mesmos fins? Esta questão se refere à maneira pela qual diferentes grupos podem se beneficiar da sociologia enquanto conhecimento que auxilia os indivíduos a compreenderem seu lugar no mundo (Burawoy, 2009b) e reconhece os próprios intelectuais (inclusive os sociólogos) como partes inerentes do mundo por eles estudado (2005b)”. (CARVALHO, 2015)

Burawoy (2005) constata a existência de uma diversidade de públicos, com variadas orientações axiológicas⁸. A ideia de uma sociologia pública está relacionada com o desenvolvimento da sociologia acadêmica. Em especial a sociologia norte americana geradora de uma concepção de “ciência pura”, livre de valores morais. Contudo, Burawoy (2005) apresenta a ideia de superação positiva do perfil

⁷ Alfred McLung Lee, no ano de 1976, em seu discurso presidencial da *American Sociological Association* (ASA), propõe a seguinte indagação: “Sociologia para quem?”. Já a outra questão, “Sociologia para quê?”, foi colocada por Robert Lynd em 1939. Segundo Zussman & Misra (2007), o discurso de Burawoy por ocasião de sua presidência da ASA, em 2004, resgata uma longa tradição na referida organização de discursos presidenciais que refletem sobre a disciplina e sua direção. Mas, segundo os autores, a novidade trazida por Burawoy diz respeito ao apelo a uma nova prática, para além da reconceitualização do pensamento sociológico (Zussman & Misra, 2007)

⁸ Este termo refere-se à concepção de moral e/ou valores, ou seja, para Michael Burawoy, toda sociologia repousa sobre um conjunto de valores e são estes valores que se tornam objeto de discussão e diálogo entre os sociólogos e os públicos. Assim, uma primeira consideração do autor é a existência de uma diversidade de públicos, com variadas orientações axiológicas.

predominantemente acadêmico e profissional da disciplina, através do engajamento da sociologia com diferentes públicos fora do mundo acadêmico, visando ao fortalecimento da sociedade civil (BURAWOY apud CARVALHO, 2015).

Ainda para Burawoy, toda sociologia se baseia em um conjunto de valores e são estes valores que se tornam objeto de discussão e diálogo entre os sociólogos e os públicos. Como existe uma variedade de públicos e de valores, Burawoy (2005) defende a existência de uma diversidade de sociologias públicas, desde as mais liberais até as mais críticas (CARVALHO, 2015). Burawoy busca demonstrar que a sociologia pública está inserida em uma “divisão do trabalho” que inclui também a sociologia para políticas públicas, a sociologia profissional e a sociologia crítica. Segundo o autor, são as questões “para quem” e “para que” fazemos sociologia que norteiam o conhecimento sociológico e que o divide em quatro tipos de perspectivas diferentes, são elas: (1) sociologia para políticas públicas; (2) sociologia profissional; (3) sociologia crítica e (4) sociologia pública (BURAWOY, 2005).

Dessa forma, o objeto de estudo desta pesquisa é o debate público sobre o percurso da disciplina sociologia na imprensa escrita, entendendo ser este um veículo portador de grande potencial para levantar e analisar fatos históricos de relevância, mais especificamente, esta pesquisa tem por objetivo analisar o debate público sobre o veto e a reintrodução da disciplina sociologia, no período histórico correspondente ao ano de 2001 a 2008.

Como já salientado, ao fazer uma revisão bibliográfica sobre a sociologia como disciplina escolar, notou-se a inexistência de trabalhos que buscam tratar desta questão sob o ponto de vista da imprensa escrita. Muitas são as pesquisas que buscam tratar esse tema a partir de diferentes focos, em destaque, as reformas educacionais e seus impactos no tocante à presença ou à ausência da disciplina nos currículos escolares (OLIVEIRA e JARDIM, 2009; MACHADO, 1987); e sob o ponto de vista da legislação educacional (MORAES, 2003; MACHADO, 1987). Nesse sentido, e para contribuir com uma lacuna existente, esta pesquisa se situa no âmbito de trabalhos de abordagem histórico-social sobre a trajetória da sociologia como disciplina escolar, mais especificamente pesquisas que relacionem esta temática com a imprensa.

Para a análise das notícias nos jornais selecionados, será utilizada a metodologia da pesquisa histórica, a partir da análise crítica das fontes históricas, tendo em vista as ideias desenvolvidas por Antoine Prost (2008). A escolha por tal metodologia se justifica pelo fato desta procurar analisar todos os aspectos que envolvem as notícias:

A pesquisa histórica consiste em formular uma questão para desencadear a busca de fatos que possam contribuir para fornecer-lhe uma resposta. Deste modo, qualquer pesquisa histórica está focalizada sobre determinada questão ou problema particular que define seu tema. Além disso, a questão só deverá ser formulada se o historiador tiver algumas razões para pensar que será capaz de encontrar uma resposta que, por sua vez, deverá basear-se em uma argumentação autenticamente histórica; caso contrário, tal questão ficará sem efeito e, no máximo, será apenas uma curiosidade ociosa e não o centro, tampouco um elemento de um trabalho histórico (PROST, 2008, p. 79).

Para auxiliar a compreensão deste movimento, Luckesi (1999) propõe três concepções de interpretação da relação educação e sociedade, que são: a educação redentora, a educação reprodutora e a educação transformadora. A primeira concepção atua sobre a sociedade como uma instância corretora dos seus desvios, tornando-a melhor e mais próxima do modelo de perfeição social harmônica idealizada; a segunda relação (reprodutora) aborda a educação como uma instância no interior da sociedade que teria como papel reproduzir a ideologia dominante, mantendo o “status quo”; a terceira entende a educação no interior da sociedade, com os seus determinantes e condicionantes, mas com a possibilidade de transformação, trabalhando pela sua democratização, entendendo como educação crítica.

A partir da metodologia estabelecida busquei estabelecer categorias para a seleção e organização das notícias analisadas, bem como dos jornais a serem pesquisados, especificamente: como se deu o debate público a partir da visão dos jornalistas? De que forma a notícia é tratada no jornal? Quem a escreve? Como a escreve? A notícia ocupa uma página inteira? Em que caderno ela está inserida?

Dessa forma, em uma primeira fase, busquei realizar a pré análise das notícias que tratam da temática da disciplina sociologia. Nesta etapa realizei um levantamento inicial das notícias através de pesquisas realizadas nos acervos online dos jornais, com utilização de filtros por ano e meses e inserção de palavra-chave⁹. Nos jornais selecionados foram encontrados um total de 895 notícias que tratavam da temática da sociologia, sendo estas 279 pertencentes ao jornal O Globo, 296 ao jornal A Folha de São Paulo e 320 ao jornal O Estado de São Paulo. O gráfico 1 propiciará a ampla visualização dos números mencionados.

⁹ A pesquisa se deteve na busca de notícias a partir do acervo online dos jornais. Em um primeiro momento, me dirigi à Biblioteca Nacional para realizar uma primeira procura do material em questão, contudo, ao longo do tempo observei que o acervo contido na internet me possibilitaria uma maior precisão e contingência deste material.

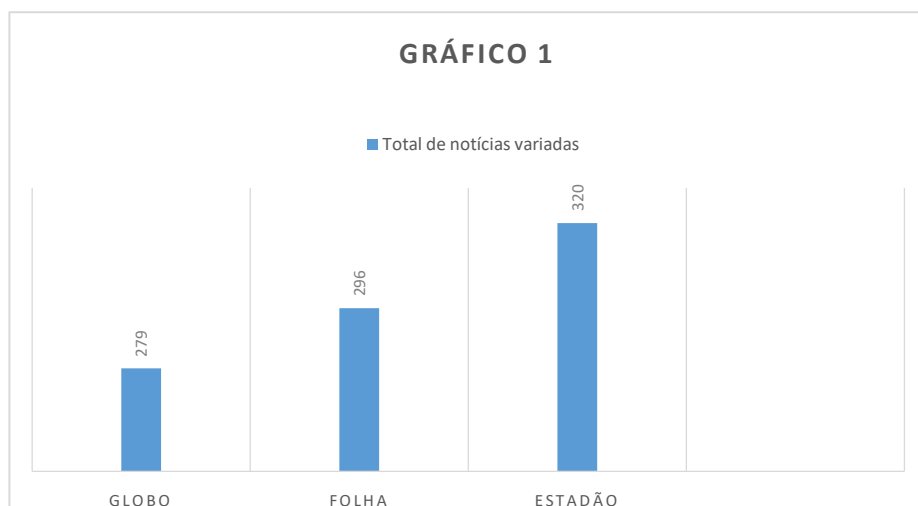


Gráfico 1: Notícias Totais.

Contudo, pude perceber que ao colocar certas palavras chaves, como sociologia, neste primeiro levantamento acima mencionado pude notar uma a relação de notícias muito variada, que pouco ou nada se relacionava com a temática proposta. Muitas destas notícias relacionavam a disciplina a partir de diversos focos, em especial aos congressos e seminários da área e sua relação com o âmbito acadêmico, ou seja, a disciplina era tratada de modo disperso e poucas eram as notícias que tratavam e relacionavam à sociologia como disciplina escolar.

A partir desse dado, já em uma segunda etapa, busquei realizar a análise de quais e quantas destas notícias estão veiculadas com a temática em voga. Com o grande número de notícias obtidas, se fez necessário elencar critérios para uma busca mais precisa destes impressos e dessa forma, o critério estabelecido foi a inserção das seguintes palavras chaves: ensino sociologia e disciplina sociologia. Tê-las inserido como palavras chaves se deu porque estas palavras proporcionaram um resultado mais vinculado com a temática proposta (Gráfico 2).

No Gráfico 2 podemos perceber a relação de notícias vinculadas ao tema da sociologia, porém sem um recorte específico, e sem a quantificação da temática investigada. Nota-se também a discrepância que temos na proporção acima, ou seja, observa-se que recorrentes são as notícias que vinculam à sociologia a questões afins, mas poucos são os impressos que a relacionam como disciplina escolar.

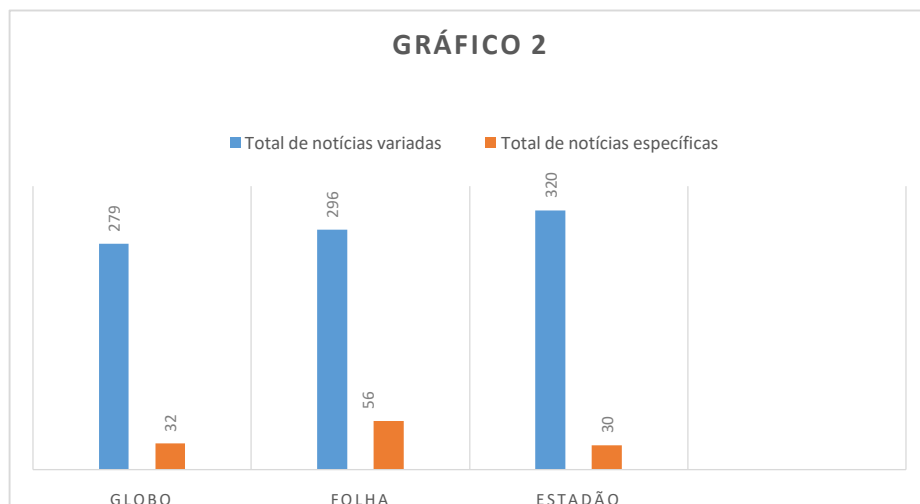


Gráfico 2: Notícias Totais x Específicas sobre a Temática da Sociologia como Disciplina Escolar.

Seguindo esta direção, na terceira etapa da pesquisa, as notícias foram separadas em dois períodos, são eles: período FHC e período LULA. A divisão por estes períodos se deu a fim de obter um panorama geral das notícias selecionadas que tratavam da disciplina sociologia. No gráfico 3 percebemos que, as notícias no período do presidente Fernando Henrique Cardoso, foram obtidas 35 notícias no ano de 2001 e nove no ano de 2002, demonstrando assim uma queda significativa de impressos.

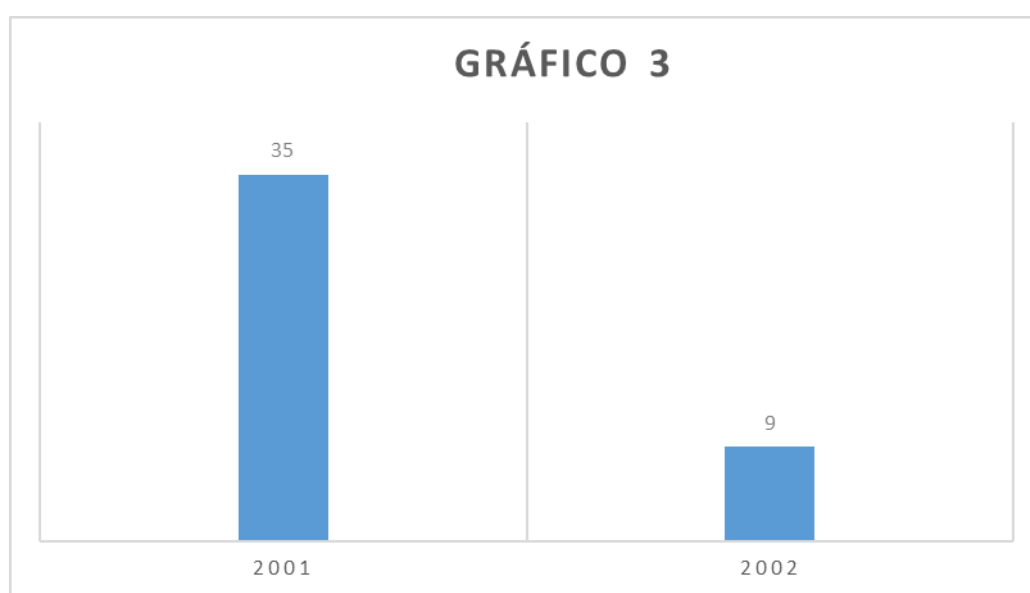


Gráfico 3: Período FHC: Total de Notícias Específicas.

Podemos visualizar no gráfico 4 o quantitativo absoluto de notícias por jornais entre 2001 a 2008. Destes, a maior quantidade se relaciona ao Jornal A Folha de São Paulo, já a menor ao jornal O Estado de São Paulo.

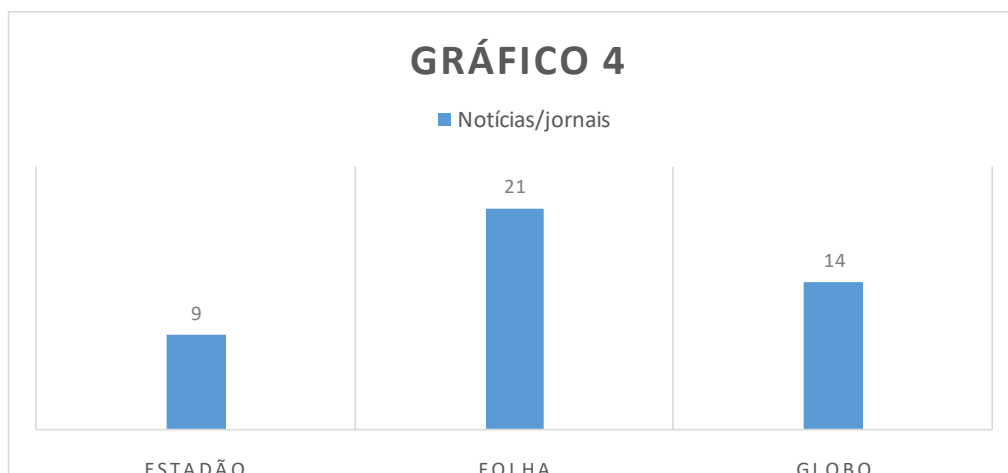


Gráfico 4: Período FHC: Total de Notícias Específicas nos Jornais Investigados.

No gráfico 5, percebemos a proporção de notícias ao longo dos anos de 2003 à 2008, período em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o primeiro mandato da presidência até a metade do segundo mandato. Nele, podemos notar que as notícias que tratam da temática da disciplina sofreram crescente aumento ao longo do tempo, culminando com a retomada da sociologia no currículo da educação básica.

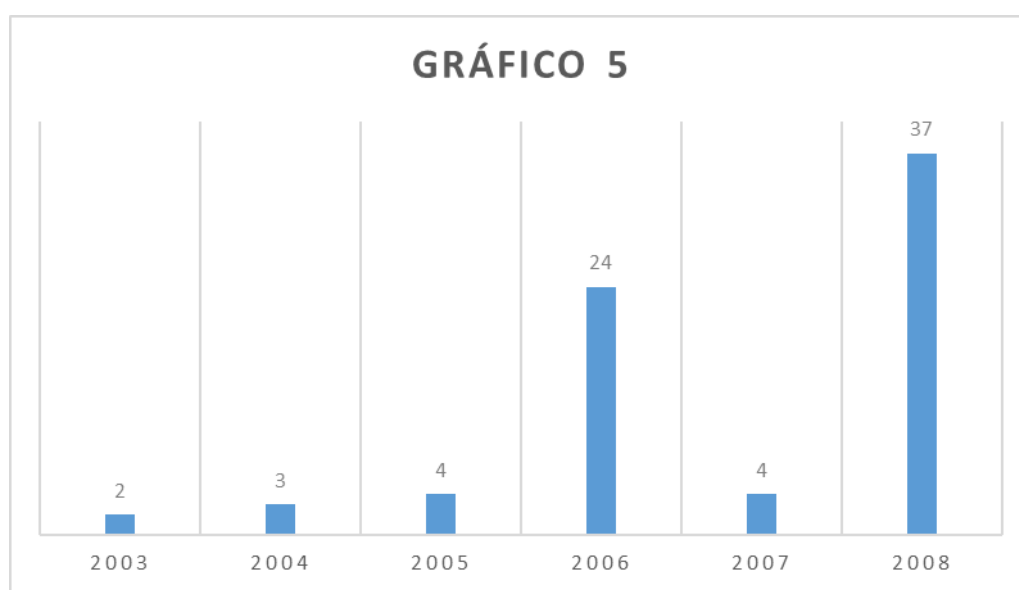


Gráfico 5: Período LULA: Total de Notícias Específicas.

Podemos visualizar no Gráfico 6 o quantitativo absoluto de notícias por jornais no período LULA, sendo a maior quantidade relativa a publicações do Jornal A Folha de São Paulo. Do total de 74 notícias analisadas aqui, trinta e cinco correspondem ao jornal A Folha de São Paulo e dezenove ao jornal O Globo.

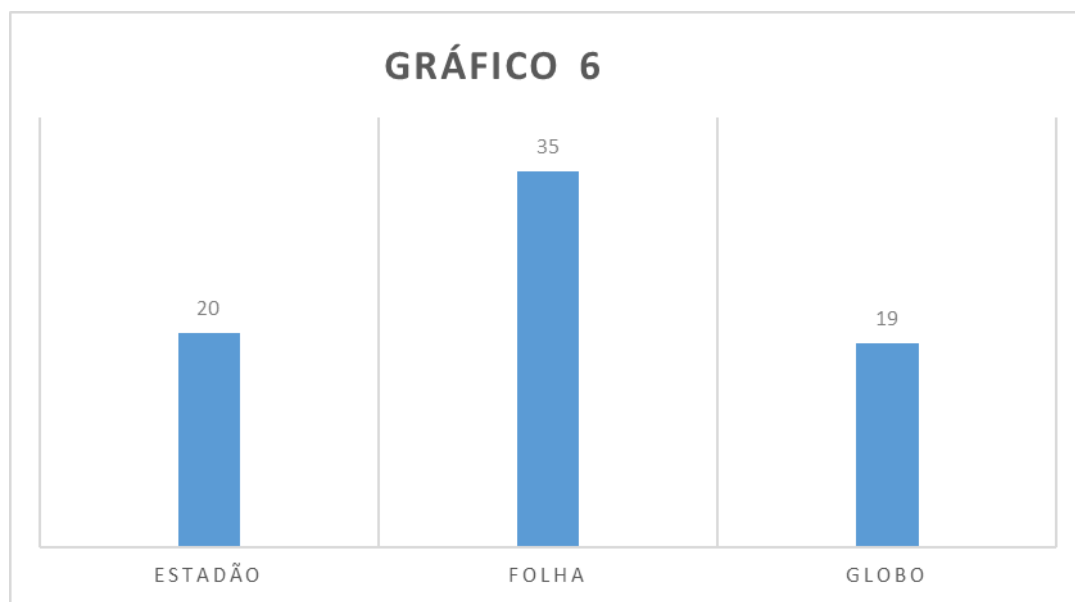


Gráfico 6: Período LULA: Total de Notícias Específicas nos Jornais Investigados.

As notícias específicas foram agrupadas em três eixos categóricos, a saber: Favoráveis (notícias favoráveis a inclusão da sociologia como disciplina obrigatória), Contrários (notícias contra a inclusão da sociologia como disciplina obrigatória) e Indefinidos (notícias que não demonstraram um posicionamento claro). Nota-se também que a incidência de notícias no período FHC tidas como favoráveis é menor que a do período seguinte, o governo Lula (Gráfico 7 e 8). Em contraposição, a recorrência de notícias indefinidas, neste período, é menor do que se comparada ao governo Lula (Gráfico 7 e 8). Já as notícias identificadas como contrárias se apresentam no total de treze, divergindo do período seguinte, que totaliza dezoito (Gráfico 7 e 8). Com base nesses dados, buscarei relacionar as notícias de cada período com o contexto na qual elas se situam.

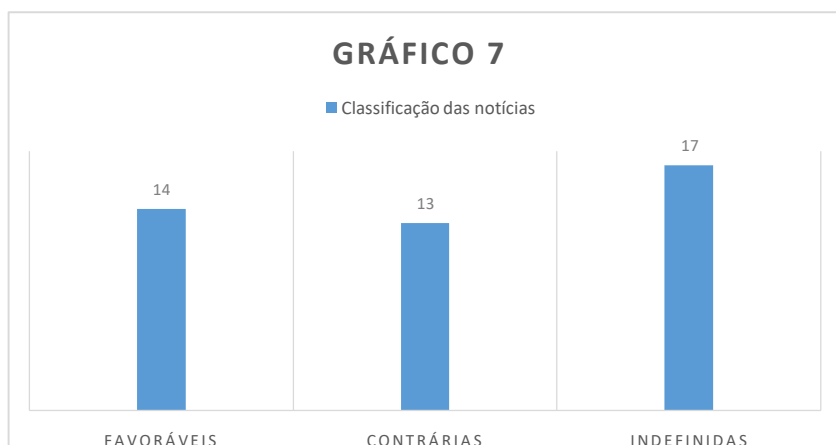


Gráfico 7: Período FHC: Classificação das Notícias como Favoráveis, Contrárias e Indefinidas.

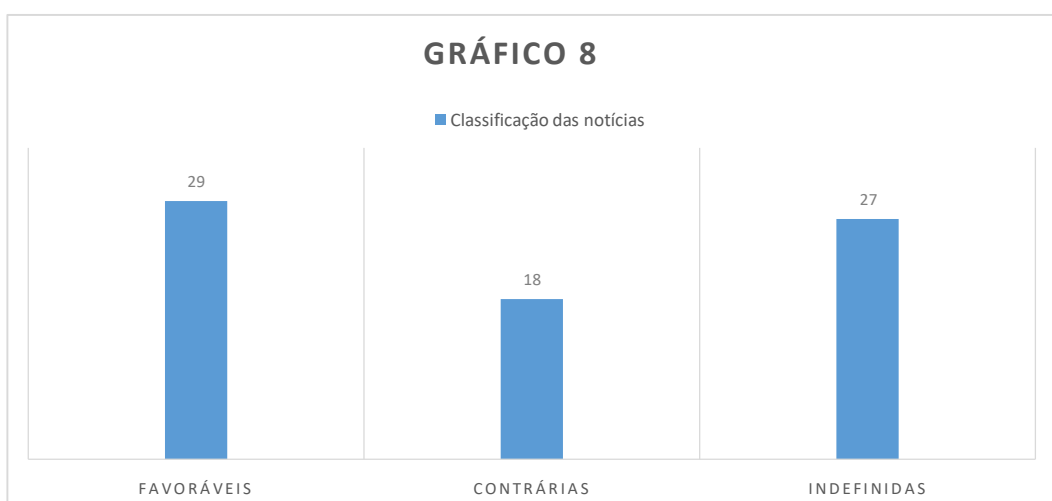


Gráfico 8: Período LULA: Classificação das Notícias como Favoráveis, Contrárias e Indefinidas.

De modo geral, observa-se que a forma como a sociologia é caracterizada nos veículos impressos se dá a partir de três eixos: atores, locais e espaços de fala, ou seja, os grupos que se manifestaram ou se manifestam no interior das notícias, ou ainda como no contexto do veto do presidente Fernando Henrique Cardoso e o posicionamento dos mesmos, bem como os argumentos levantados. Além disto, nota-se também o espaço que estas notícias ocupam nos jornais, o local de que esses autores partem, e verificar se há presença de comentaristas e especialistas nos impressos indicados.

Dos três periódicos, a Folha de São Paulo foi a que apresentou maior quantidade de notícias relacionadas à temática da disciplina sociologia, sendo seguido, respectivamente, pelo Jornal O Globo e pelo jornal O Estado de São Paulo. Nesse sentido, se faz interessante observar tanto a história do jornal, como o modo que eles constroem a notícia, observando também os elementos que se constituem no processo. Como já assinalado, a serem analisadas são as notícias sobre o ensino de sociologia veiculadas nos principais jornais da região sudeste, a saber: *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. Estes jornais foram escolhidos por apresentarem grande circulação no país, além de disporem seus arquivos na Hemeroteca Digital Brasileira, da Biblioteca Nacional, a partir dos fornecidos pelo IVC¹⁰.

Apesar do rápido crescimento, a Folha da Noite teve sua circulação proibida entre no mês de dezembro de 1924. Para driblar a censura, os diretores envolvidos lançaram a Folha da Tarde, que tinha como característica principal dar ao jornal um ar mais informativo do que opinativo. Nesse sentido, e diante aos acontecimentos de março de 1964, o jornal se autointitulou como liberal e democrático, apresentando a ideia de que o papel da imprensa é, por essência, o de formar a opinião pública. Sendo assim, além do caderno de notícias, passou também a ser dada ênfase a outro, de natureza mais variada e eclética¹¹. Mais recentemente, Moreira (2006) deflagra que o jornal se posiciona como um produto, que se sujeita às leis do mercado. Ainda nessa perspectiva, a autora entende o jornal como analítico, crítico e especializado, além de ser apartidário.

Com relação ao Jornal O Globo, em 1911, o jornalista Irineu Marinho, após vender o controle do jornal a um de seus sócios, e o acordo não ser cumprido, o jornalista perdeu o título do jornal. Depois do fato ocorrido, Irineu Marinho entregou-se à criação de um novo jornal identificado como o “Rio”. Com o objetivo de escolher o nome para o jornal recém criado, Irineu marinho promoveu uma seleção. Ao final, o título ganhador foi “O Globo”, que teve sua primeira publicação em julho de 1925. Nesse dia foram lançadas duas edições do jornal, num total de 33.435 exemplares, sendo um dos princípios editoriais do jornal era a busca das notícias em todos os setores da cidade (ACERVO DO JORNAL O GLOBO, 2016).

¹⁰ O Instituto Verificador de Comunicação ou IVC é uma entidade do Brasil, sem fins lucrativos, responsável pela auditoria multiplataforma de mídia.

¹¹ As informações acerca da história do Jornal A Folha de São Paulo encontra-se no sítio eletrônico: <http://acervo.folha.uol.br>. Acessado em 15/08/2017.

Contudo, Irineu Marinho não teve tempo hábil à frente do jornal e veio a falecer em 1925. Roberto, o primogênito, seria o sucessor do pai, mas não se considerando apto para assumir o comando do jornal, decidiu por entregá-lo ao jornalista Eurycles de Matos, assumindo o controle efetivo do O GLOBO após a morte de Eurycles, em 1931. Após a morte de Roberto Marinho, ocorrida em 06 de agosto de 2003, seu filhos, Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, assumiram então a posse e o controle do jornal “O Globo¹²”. Para Moreira (2006), o jornal O Globo se coloca como um “guardião da sociedade”. Ainda em sua linha editorial, ele é tido como veículo de maior credibilidade entre todos os meios de comunicação brasileiros (FERNANDES, 2005 apud MOREIRA, 2006).

Por fim, o Jornal O Estado de São Paulo é um dos jornais mais antigos que circula na cidade de São Paulo. Teve seu início no período imperial, quando pela primeira vez circulou A Província de São Paulo¹³. Somente em 1890, com a instauração da República e a direção de Júlio Mesquita¹⁴, que o jornal A Província de S. Paulo começou a circular com a atual designação (ARAUJO, 2016).

Desde seu início, o Jornal O Estado de São Paulo se envolveu as questões políticas que ocorriam. Em 1930, por exemplo, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. Em 1964, O Estado de S. Paulo, apoiou o golpe civil-militar que depôs o presidente João Goulart e a eleição do general Castelo Branco. Nesse sentido, para Moreira (2006), O Estadão apresenta duas correntes: em uma, nega-se uma adaptação a opinião do leitor, e na outra, devido à modernização da empresa, surge à iniciativa de atender as necessidades do leitor, (MOREIRA apud RIBEIRO, 1994).

A partir desse histórico das fontes e das análises prévias, esta pesquisa estabeleceu algumas questões: Como se deu o debate sobre o veto e a reintrodução da disciplina no cenário político educacional de cada época? Como as instituições se posicionaram nesse debate? Quais foram? Como os governos FHC e Lula e as instituições abordaram o debate sobre a reintrodução? E a partir do debate, qual a relação entre educação e sociedade em cada período ou governo?

Como dito anteriormente, para análise das notícias serão utilizadas as análises propostas por Cipriano Carlos Luckesi (1999), bem como a relação que ele estabelece entre educação e sociedade: a educação redentora, que a concebe como forma de salvar

¹² As informações acerca da história do Jornal O Globo encontra-se no sítio eletrônico: <http://acervo.oglobo.globo.com/busca/>. Acessado em 15/08/2017.

¹³ A *Província de São Paulo*, jornal fundado em 1875 com base nos ideais de um grupo de republicanos, foi precursor do jornal *O Estado de São Paulo*.

¹⁴ Diretor do jornal O Estado de São Paulo, assumindo logo após a saída de Rangel Pestana.

a sociedade de seus problemas; a reprodutora, que entende a escola como um lugar de preparação para a vida em sociedade, ou seja, um espaço cujo objetivo é reproduzir a sociedade assim como ela é dando uma perspectiva de continuidade; e a transformadora, que ocorre quando a escola, a partir de seus educadores, age como uma instância mediadora de modo a entender e viver a sociedade. A intenção desta última concepção aqui exposta não é de transmitir as questões sociais e sim de problematizá-las, tendo um viés crítico (AZEVEDO, 2014). Nesse sentido, as notícias do período FHC e Lula serão analisadas dentro dessas três concepções de educação acima mencionadas, relacionando com o papel que as instituições, associações e entidades tiveram no processo de tramitações e discussões, vinculando com as notícias observadas. Desta forma, utilizamos os seguintes indicadores para as dimensões colocadas acima: Para a dimensão redentora, o interesse principal é a adequação dos indivíduos na sociedade, tem por característica ser salvacionista e a educação é vista como algo exterior a sociedade, como um complemento. Ou seja, tal concepção possui um olhar otimista perante a educação, porém ingênua em relação ao mesmo. A pedagogia liberal se apresenta nesta dimensão, para Luckesi: “A educação terá a força de redimir a sociedade se investir seus esforços nas gerações novas, formando suas mentes e dirigindo suas ações a partir de ensinamentos” (LUCKESI, 1999, p. 55).

Para a dimensão reprodutora foram observadas as notícias que continham críticas e atendessem aos interesses dominantes; notícias que objetivavam a manutenção do *status quo* e se baseavam na concepção de que o destino da educação já estaria traçado, onde a educação funcionaria como um aspecto mantenedor da sociedade. Diferente da concepção anterior, na concepção reprodutora, a educação é um elemento da própria sociedade, possui um olhar mais pessimista e é determinada por seus condicionantes econômicos, sociais e políticos- portanto a serviço dessa mesma sociedade e de seus condicionantes:

Saviani denomina a concepção reprodutora de *teoria crítico-reprodutivista da educação*, uma vez que aborda a educação a partir de seus determinantes, mas a vê somente como elemento destinado a reproduzir seus próprios condicionantes, sem agir ou propor ações à educação. A educação reprodutora exibe como atua a educação dentro da sociedade e não como ela deve atuar (LUCKESI, 1999, p. 19-20).

Já para a dimensão transformadora é levado em conta nas análises das notícias a formação do indivíduo crítico. Ela entende os problemas políticos e sociais como parte do processo social, além de acreditar nas mudanças. Nas palavras de Luckesi (1999), ela

nem redime nem reproduz a sociedade, mas serve de meio, ao lado de outros meios, para realizar um projeto de sociedade (SANTOS apud LUCKESI, 1999). Esta última concepção agrega uma análise tanto otimista, quanto pessimista da sociedade, ao integrar os problemas sociais a uma análise crítica desta.

O desenvolvimento da pesquisa está dividido em duas partes, somados a Introdução e Conclusão, a saber: Na Introdução apresentarei um breve panorama do debate relacionado a inclusão a disciplina no currículo, bem como a metodologia da Pesquisa Histórica. Esta abordagem é baseada na análise crítica das fontes históricas, a partir das ideias desenvolvidas por Antoine Prost. A escolha por tal metodologia se justifica uma vez que esta procura compreender todos os aspectos que envolvem as notícias. Ainda na introdução, apresento a matriz utilizada para análise das notícias dos jornais, tais notícias são baseadas nas abordagens propostas por Luckesi.

Já no capítulo 2- O papel das instituições governamentais e não governamentais apresentarei um breve resgate histórico das políticas educacionais no governo FHC e do governo LULA, inserindo o debate sobre a sociologia no currículo da educação básica, contemplando também as discussões atuais, bem como o que a literatura da área informa sobre a temática. Busca-se aqui, além de apresentar o projeto de lei, abordar também o movimento que se deu para a sua aceitação, ou seja, a participação de atores, instituições e agentes que se articularam em prol da obrigatoriedade das disciplinas.

No capítulo 3- Perspectivas Educacionais Governamentais: entre rupturas e continuidades, assim como o capítulo 2, também apresentarei os contextos educacionais em que ocorreram o governo FHC e LULA, em especial, serão enfatizados os PL 3.178/1997 e o PL 1641/2003, importantes na discussão sobre a temática. Neste capítulo, abordarei o cenário político-institucional em que o PL 3.178/1997 se instaurou, assim como o cenário educacional que se estruturou durante o governo FHC. Nessa direção, também apresento o PL 1641/2003, de autoria do deputado Ribamar Alves, que deu origem a Lei 9.394, em 2008, e determinou a obrigatoriedade da sociologia e filosofia no currículo do ensino médio. Busca-se compreender aqui a participação de entidades, organizações e instituições que se mobilizaram para a inclusão da disciplina. A proposta deste capítulo é apresentar o debate sobre o ensino da sociologia, demonstrando que a presença e ausência da sociologia na legislação educacional caminham de encontro aos interesses vigentes, ou seja, se em certo momento histórico a sociologia é vista como uma disciplina crítica, tida com um viés revolucionário, ligado a partidos políticos específicos; em outro ela é concebida como

uma disciplina normativa, que faz com que os indivíduos se adequem às normas e regras vigentes. Para esta reflexão, trago as discussões propostas por Tomaz Tadeu da Silva, em sua obra: *Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias de currículo* (2016), a partir das teorias educacionais tradicional, crítica e pós-crítica.

Por fim, ao final da dissertação, pretendo contribuir cientificamente com as pesquisas do campo da educação, da sociologia e da disciplina de sociologia levantando aspectos que nos auxiliam a compreender como a sociologia é tratada na imprensa escrita, a partir do debate público. Sendo assim, ao analisar os jornais como espaço de discussões ideológicas e político-sociais, minha proposta de trabalho consiste em realizar um levantamento investigativo, tendo em vista *o que se fala e como se fala* a temática da disciplina sociologia nestes veículos. Dessa forma, a pesquisa em fontes históricas baseada na análise crítica das mesmas revelou grande potencial para a compreensão da história da sociologia como disciplina escolar.

Capítulo 2

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS: AS DIVERSAS VOZES NO DEBATE PÚBLICO

Tendo em vista o processo de idas e vindas da constituição da sociologia como disciplina escolar, este capítulo tem por objetivo apresentar um breve panorama histórico-educacional da sociologia, entendendo-a como disciplina inserida em um complexo sistema educacional. Dessa forma, ressalta-se aqui o percurso histórico que a disciplina sociologia realizou tanto no período do governo FHC, quanto no período do governo LULA. Para tal, são traçados os embates políticos que se deram a partir das formulações dos projetos de lei 3.178/1997, que tinha como principal pauta a presença da sociologia e da filosofia como disciplinas obrigatórias do ensino médio brasileiro e do projeto de lei n. 1.641/2003, sendo que este último deu origem a lei 11.684/2008 que colocou a obrigatoriedade da sociologia e filosofia no currículo do ensino médio.

Para nos situarmos na discussão, é importante mencionar que no Brasil a sociologia escolar é caracterizada por um processo de intermitência, que em certas circunstâncias a coloca como disciplina presente no currículo escolar e em outros momentos, é excluída; sempre dependendo do contexto político do momento (COSTA PINTO, 1947). Dessa forma, este capítulo tem por objetivo apresentar o papel desenvolvido por Instituições, como o MEC (Ministério da Educação), e certas entidades ligadas a movimentos em prol da inclusão da sociologia como disciplina obrigatória no currículo, como a APSERJ (Associação Profissional dos Sociólogos do Estado do Rio de Janeiro) tiveram ao longo de tramitação do processo.

2.1 GOVERNO FHC (1995-2003)

2.1.1 Instituições Governamentais

Em meados de maio de 1997, sob a justificativa que as disciplinas representam uma medida necessária para a consolidação da base humanista, o deputado Padre Roque¹⁵ apresenta o PL n. 3.178/97, que tinha como foco a obrigatoriedade da

¹⁵ Segundo Carvalho (2004, p. 24-25), o deputado é filósofo, teólogo e sociólogo. Além de deputado federal pelo PT nos anos – 1995-1999 e 1999-2003 –, exerceu as seguintes atividades profissionais e cargos públicos: Professor Assistente de Filosofia e Sociologia, Departamento de Educação da Univ.

Sociologia e da Filosofia no ensino médio. O PL propunha a inclusão das disciplinas como obrigatórias, sob a lógica de que dificilmente será bem sucedida a inclusão de temas referentes a estes campos em outras disciplinas, com docentes que não tenham a formação plena e adequada para o cumprimento dessa tarefa (PROJETO DE LEI N 3.178, DE 1997 apud AZEVEDO, 2014). Contudo, é interessante observar que a sociologia pouco é tratada neste momento, sendo a fundamentação do PL baseada na presença da filosofia. Para elucidar este fato, o professor da USP e filósofo Franklin Leopoldo e Silva emite opinião sobre o parecer:

Ora, é desta maneira específica que a Filosofia realiza o trabalho de articulação cultural. Pensar e repensar a cultura não se confunde com compatibilização de métodos e sistematização de resultados; é uma atividade autônoma e de índole crítica. Não devemos, portanto, entender que a Filosofia estará no currículo do Segundo Grau em função das outras disciplinas, quase num papel de assessoria metodológica. No entanto, seria grave infidelidade ao espírito filosófico entender que a Filosofia virá se agregar ao currículo apenas para tornar-se mais uma parte de um todo desconexo ou pelo menos com profundos problemas de integração e conexão. Neste sentido, não representa pretensão dizer que a Filosofia não é apenas mais uma disciplina; ao dizê-lo estaremos apenas reafirmando a natureza do estudo filosófico. A Filosofia tem uma função de articulação do indivíduo enquanto personagem social se entendermos que o autêntico processo de socialização requer a consciência e o reconhecimento da identidade social e uma compreensão crítica da relação homem-mundo. (PROJETO DE LEI 3178/1997, p. 2 apud AZEVEDO, 2014).

Este projeto de lei tramitou na Câmara entre 1997 e 2000, onde passou por setores como a Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, Comissão de Economia, Indústria e Comércio (CEIC), e por fim à Comissão de Educação, Cultura e Desporto (CECD). Neste último, o relator do projeto abordou em sua justificativa para a aprovação, a trajetória histórica, na qual a disciplina foi suprimida no contexto de ditadura militar, pois o objetivo era impedir o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva por parte dos alunos. Além disso, ele afirma que:

[...]Qualquer que seja a futura opção do aluno em sua vida profissional, o certo é que o educando como pessoa e cidadão necessita do ensino da Filosofia e da Sociologia para o desenvolvimento de uma consciência

Estadual de Ponta Grossa, PR, 1960-1963; Presbítero Católico, Roma, Itália, 1966-; Secretário de Trabalho e Promoção Social do Estado do Paraná, 2003-. É graduado em Filosofia/Escolástica, Letras, e Teologia. Possui mestrado em Sociologia pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/layouts_deputados_biografia?pk=73783&tipo=1. Acesso em 17/05/2018.

cidadã para sua melhor inserção crítica seja no mundo do trabalho, seja na sociedade como um todo[...] ([HTTP://WWW.SENADO.GOV.BR/](http://www.senado.gov.br/)>; [HTTP://WWW2.CAMARA.LEG.BR/](http://www2.camara.leg.br/)).

Uma vez aprovado este projeto de lei, o debate ainda seria repleto por percalços e dissonâncias, como: perda de prazo para discussão do PL e arquivamento do projeto. Somente em fevereiro de 1999, no dia 24/02/1999, o deputado Padre Roque Zimmermman (PT-PR), autor do projeto, entra com pedido de desarquivamento do mesmo junto à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Em alguns casos, como foi o do deputado Waldir Pires (PT/BA) as disciplinas inserem os jovens na sociedade e no questionamento às injustiças sociais (AZEVEDO, 2014). No dia 22/09/1999, o projeto de lei 3.178/97 é colocado para votação na CCJC e é aprovado.

Nessa direção, o Ministro da Educação Paulo Renato era publicamente contrário ao projeto:

O incrível e o mais risível nisso tudo é que o próprio autor do requerimento, deputado Paulo Marinho (PFL/MA), nos alegou que sequer tinha lido o requerimento do qual ele era o principal signatário (a mando do governo). Ao se deparar com um grande movimento nacional que fizemos, mais por mensagens eletrônicas do que com presenças físicas em Brasília, o mesmo deputado, não só se declarou de público francamente favorável à introdução das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, como pediu à Mesa Diretora da Câmara a retirada de sua assinatura do requerimento. Conseguimos retirar a assinatura de mais da metade dos deputados, de forma que o tornamos sem efeito e o projeto seguiu, finalmente, para o Senado. (CARVALHO, 2004, p. 25).

Em abril dos anos 2000, o PL 3.178/97 chega ao Senado. Porém, somente meses depois, em 20/12/2000, o projeto de lei chega à Comissão de Educação. E em 23/03/2001 é distribuído ao senador Álvaro Dias (PDT/PR), filósofo, que dá parecer favorável no dia 17/04/2001. Neste parecer, o senador se ancora na LDB, em especial no artigo 36, argumentando que os conhecimentos de Sociologia “são fundamentais para a construção da cidadania e da democracia, na medida em que constituem chaves para a compreensão do desenvolvimento das sociedades...” (COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, Senado, 2001, Parecer do senador Álvaro Dias sobre o PLC n. 09/00, p. 3 apud AZEVEDO, 2014).

O posicionamento do então Ministro da Educação pode ser visto nas notícias investigadas, tal como no impresso do dia 20/09/2001, do jornal A Folha de São Paulo e do caderno Cotidiano, situado como meia página, intitulada FHC deve vetar Sociologia no Ensino Médio (Figura 1).

C 6 quinta-feira, 20 de setembro de 2001 CAMPINAS FOLHA DE SÃO PAULO

EDUCAÇÃO *Ministro pede que presidente, sociólogo de formação, não aprove projeto que torna também filosofia matéria obrigatória*

FHC deve vetar sociologia no ensino médio

DA SOCIEDADE DE BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique Cardoso, que é sociólogo de formação, deve vetar o projeto de lei que coloca a filosofia e a sociologia no ensino médio como disciplinas obrigatórias. O veto foi recomendado ontem ao presidente por Paulo Renato Souza, ministro da Educação.

"Sei que o vetar é sociólogo e que isso parece uma contradição, mas é preciso vetar", disse o ministro a FHC em telefonema ontem cedo, segundo relato do próprio Paulo Renato. Para o ministro, o projeto aprovado anteriormente pelo Senado representa uma "volta ao passado".

De acordo com o porta-voz do Palácio do Planalto, George Lamartine, o presidente ainda não tomou uma decisão porque nem sequer recebeu formalmente o projeto. O prazo legal para Fernando Henrique anunciar sua posição é de 15 dias úteis.

O MEC avalia que o projeto representa um retrocesso no perfil curricular do ensino médio, que valoriza a chamada interdisciplinaridade, em vez do ensino de disciplinas de forma estanque.

Temas da filosofia e da sociologia já fazem parte atualmente dos parâmetros curriculares da primeira à terceira série do segundo grau, o chamado ensino médio.

O governo chegou a orientar os parlamentares aliados a votarem contra a obrigatoriedade do ensino das matérias, mas foi derrotado no plenário. O projeto está pronto para a sanção presidencial. Diante da hipótese de veto, coberto nos congressos a última palavra. O Congresso pode derrubar vetos presidenciais, mas isso só ocorre raramente.

O projeto altera o artigo 26 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e prevê que a filosofia e a sociologia sejam tratadas como disciplinas do currículo, com aulas, conteúdo e professores próprios.

Resistência

O Ministério da Educação faz resistência à proposta, apesar de o projeto não gerar custos para o governo federal. As despesas relacionadas ao ensino médio, como a contratação de professores, são responsabilidade dos Estados.

Rui Berger, secretário de Ensino Médio do MEC, disse que o ministro não é contra o ensino de filosofia e sociologia, mas sim do ensino dessas matérias em disciplinas específicas. Ele lembra que o projeto limita o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em questões das duas matérias nas provas.

Berger defende que essas temas sejam tratados por meio de projetos interdisciplinares, como já está previsto na LDB.

"A obrigatoriedade é um retrocesso, pois torna rígidos os projetos pedagógicos. A LDB prevê estudos, projetos e atividades interdisciplinares que incluam várias matérias, inclusive sociologia e filosofia", afirma o secretário.

Para o autor do projeto, deputado Padre Roque (PT-PR), o atual texto da LDB é insatisfatória. "Definitivamente será bem sucedida a inclusão de temas referentes a essas áreas (filosofia e sociologia) em outras disciplinas, com docentes que não tenham a formação plena e adequada para o cumprimento dessa tarefa", alega.

Diante da ameaça de veto, Roque reconheceu dificuldades para se manterem sem pontos em política legislativa e sugere que a obrigatoriedade só passe a vigorar a partir de 2003.

PROVAO



Estudantes de odontologia da USP de Ribeirão Preto, cujo diretoria contesta o provão

Figura 1: Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito do aconselhamento dado pelo Ministro da Educação ao FHC para vetar a sociologia.

Além deste, há também a notícia da mesma data acima mencionada, sendo que do jornal O Globo, e assim como a anterior, o MEC se posicionada declaradamente contra a sociologia como disciplina no currículo (Figura 2).

Diferente da concepção anterior aqui colocada, na notícia abaixo (Figura 2), do dia 10/10/2001, também do Jornal A Folha de São Paulo que é escrita pelo editorial do jornal, Paulo Renato de Souza, afirma com ênfase que é preciso vetar a disciplina, alegando que sua inclusão representa uma volta ao passado. Tal argumento se dá pelo fato da medida não estar de acordo, segundo estes, com a proposta interdisciplinar pensada para esta etapa de ensino, uma vez que se valoriza o aumento de disciplinas no currículo e não seu ensino de modo transversal. Nesse sentido, a concepção aqui exposta é a reprodutora, pois a educação constitui, então, um processo de transmissão

MEC é contra sociologia no ensino médio

• BRASÍLIA. O projeto que obriga as escolas de ensino médio a oferecer as disciplinas de sociologia e filosofia, aprovado ontem pelo Senado, foi duramente criticado pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza. Para ele, a proposta é antiquada e poderá ser vetada pelo presidente Fernando Henrique.

— É uma volta ao passado, vai na direção oposta à reforma do ensino médio que estamos implantando — disse.

O ministro poderá pedir ao presidente Fernando Henrique que vote a proposta, pelo menos em parte.

Segundo Paulo Renato, sociologia e filosofia já estão nos currículos: são ensinadas dentro de conteúdos e habilidades que devem ser desenvolvidos pelos alunos. Para ele, a divisão da grade curricular em disciplinas está ultrapassada.

Uma das razões para que o projeto seja vetado é que ele lida com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nela, está previsto o ensino por módulos de conteúdos em todos os níveis de educação, e não por disciplinas.

Figura 2: Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito do posicionamento do Ministério da Educação contrário à sociologia no currículo.

cultural cuja função principal é possibilitar a reprodução do sistema social, além disso, a notícia demonstra um posicionamento pessimista com relação a inclusão da disciplina no currículo oficial, coadunando com a proposta educacional do governo.

Nesse sentido, e com o parecer favorável, o projeto é encaminhado à ordem do dia. Nesta discussão, o senador Jader Barbalho (PMDB/PA) fez um encaminhamento contrário à lei, motivado pelo Ministério da Educação. Tal argumento se fundamenta na ideia de que as duas disciplinas podem ter seus conteúdos abordados por outras disciplinas, além disto, explicita: que a LDB fala em temas e não em disciplinas; que interferir dessa maneira vai contra a autonomia pedagógica de cada escola; que não há quantidade suficiente de professores, o que irá gerar problema principalmente para as escolas do interior (AZEVEDO, 2014). Nesse período, diversos foram as declarações mobilizadas pelo retorno e defesa da sociologia e filosofia no currículo, dentre esses, a senadora Marina Silva destaca:

Com todo o respeito que tenho à memória e à contribuição que o senador Darcy Ribeiro deu a este país, a LDB cometeu uma injustiça com os alunos do 2º grau quando retirou do currículo a contribuição que a Sociologia e a Filosofia dão para os nossos jovens no processo de sua formação, principalmente no que concerne a sua visão de mundo, a uma possibilidade de não simplesmente aprendermos a observar a realidade, mas a decodificá-la e interpretá-la, ao invés de sermos apenas aqueles que seguem o curso da história, como se não tivéssemos uma participação ativa na sua transformação e na construção, como sujeitos e agentes, da história. (DIÁRIO DO SENADO FEDERAL, dia 14/06/2001, p. 13.170-13.171 apud AZEVEDO, 2014).

Neste primeiro momento de discussão sobre a matéria, os argumentos pela inclusão da sociologia e filosofia giraram em torno do fato de se configurarem importantes para a formação humanística dos jovens; as disciplinas são importantes no preparo para a cidadania e para o trabalho; o mundo do trabalho exige dos jovens que continuem aprendendo, não exige mais pura repetição (AZEVEDO, 2014).

O 2º momento de discussão é pautado pela participação das entidades e organizações que declaram apoio a inclusão das disciplinas. Nesta, o documento Manifesto em Defesa da Sociologia e Filosofia no Ensino Médio pela Aprovação do projeto de lei foi colocado na mesa. O Manifesto foi assinado pelo professor Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho, presidente da Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil (FNSB) e pelo professor José Vicente Tavares dos Santos, presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). (AZEVEDO, 2014).

O 3º e último momento de discussão da pauta seguiu a mesma linha dos anteriores: alguns senadores fizeram seus discursos a favor das disciplinas, e outros se posicionaram contrariamente. Do Senado Federal o projeto foi encaminhado para despacho da Presidência da República, no dia 20/09/2001, como consta na notícia do dia 19/09/2001, o Jornal A Folha de São Paulo, denominada *Aula Prática*, colocada na seção painel (Figura 3), onde se destaca que o Senado aprovou ontem projeto que torna obrigatórias aulas de sociologia no ensino médio contra o encaminhamento do governo federal.

Aula prática

O Senado aprovou ontem projeto que torna obrigatórias aulas de sociologia no ensino médio. Contra o encaminhamento do governo federal. Agora, para não virar lei, a proposta terá de ser vetada pelo sociólogo FHC.

Figura 3: Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito da aprovação pelo Senado do projeto de lei Senado que torna a sociologia obrigatória.

Neste encaminhamento, coube ao presidente em exercício aprovar, vetar parcialmente ou vetar na totalidade. A notícia, ainda que, *a priori*, só tenha o objetivo de informar ao leitor uma determinada situação, podemos notar que ela se mantém contrária a inclusão da disciplina, uma vez que frisa o encaminhamento contrário do governo federal. Dessa forma a notícia é analisada como reprodutora, uma vez que tem por objetivo fazer com que a sociedade permaneça como está a partir de uma perspectiva normativa.

Neste período, a incidência de manchetes e reportagens favoráveis a reintrodução da sociologia no currículo era considerável, para exemplificar, ressalte-se

aqui a notícia do dia 23/09/2001 intitulada *Filosofia e sociologia podem voltar ao currículo*, do Jornal O Estado de São Paulo, no caderno Cultura e escrita por Leonardo Trevisan, historiador e cientista político (Figura 4). Tal notícia aborda que o senado aprovou o retorno das disciplinas Filosofia e Sociologia entre as disciplinas obrigatórias do ensino médio; projeto já foi aprovado na Câmara e só depende de sanção presidencial.

D4 - O ESTADO DE SÃO PAULO

CADERNO 2/CULTURA

DOMINGO, 23 DE SETEMBRO DE 2001

IDÉIAS

Filosofia e sociologia podem voltar ao currículo

Senado aprovou o retorno dessas disciplinas entre as obrigatórias do ensino médio; projeto já foi aprovado na Câmara e só depende de sanção presidencial

LEONARDO TREVISAN

Há uma crônica recalcitração entre nossos intelectuais de que falta tema para reavivar o chamado debate cultural. Na semana passada, o Senado ofereceu um, aliás, bem bom: por 40 votos a 20, aprovou a volta da filosofia e da sociologia entre as disciplinas obrigatórias do ensino médio. O projeto já foi aprovado na Câmara e agora só dependerá de sanção presidencial. Um curioso silêncio paira sobre o assunto. O que apresenta uma decisão simples, volta ou não da filosofia e sociologia ao currículo, na verdade é uma importante escolha sobre o sentido maior da educação dos jovens brasileiros: essa educação deve ser culturalista ou pragmática? Por enquanto, além de discursos de políticos no plenário do Senado, alguns bem histriônicos, apenas algumas vozes isoladas opinaram sobre o assunto. Isso, apesar de ser muito comum, por exemplo, graves protestos contra os padrões estéticos dos nossos jovens? Estética, por acaso, não é um típico tema filosófico a ser discutido em sala de aula?

O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, já disse que a volta dessas disciplinas no currículo é "proposta

antiquada" e que pedirá o veto do Presidente, lembrando que a inclusão dessas matérias contraria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, promulgada em dezembro de 1996, que prevê o ensino como módulos de disciplinas, as chamadas áreas de conhecimento. Nessa interpretação, filosofia e sociologia já integram as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio, não se justificando, portanto, sua inclusão como disciplina específica.

Antes da gritaria histórica, apenas porque essa é a palavra oficial, convém lembrar que a Lei de Diretrizes e Bases incentiva que o currículo escolar seja oferecido não como conjunto de disciplinas diferenciadas e sim como "áreas de conhecimento". O objetivo da lei é de não se pensar mais o ensino como simples exposição de "conteúdos", privilegiando-se o processo de aprendizagem do aluno, que deve desenvolver competências e habilidades com o que aprende na escola e não repetir um conteúdo, imposto como obrigatório. Em outras palavras: a tradicional "visão enciclopédica" deve acabar e em seu lugar o aluno deve ser capaz de "resolver problemas" com o conhecimento que recebe na escola. Foi essa estrutura que permitiu al-



Platão e Aristóteles vão flexir juízo do currículo do ensino médio?

guma democratização na avaliação dos jovens que terminam o ensino médio. O elogiado Exame Nacional do Ensino Médio, o Enem, cobra maturidade, raciocínio, capacidade de solução de problemas e não apenas a devolução de sofisticados conteú-

dos, Ciência e Tecnologia, Assuntos Sociais, que agrupam matérias afins, devem ter o máximo de flexibilidade curricular, para que o aluno aprenda a resolver problemas da vida real e não só ir na escola para dominar e difundir conteúdo enciclopédico. Nessa visão, o professor precisa ter a capacidade de transitar entre diferentes conteúdos, usando quando necessário, temas transversais a diferentes disciplinas, como ética, por exemplo, um tema de óbvio conteúdo filosófico. Por essa razão os técnicos do MEC repetem que filosofia e sociologia já estão contempladas no currículo e não há sentido de voltar a tratá-las como disciplinas específicas.

Essa perspectiva é combatida por quem acha que o conteúdo específico da filosofia e da sociologia deve ocupar espaço definido na grade curricular do ensino médio. O argumento essencial dessa linha de pensamento é que o processo de reflexão não ocorre por osmose e que o amadurecimento da personalidade inclui a apreensão de conteúdos filosóficos e sociológicos específicos, que evoluíram com o Homem, desde o pensamento pré-socrático. O professor Antônio Joaquim Severino, da Faculdade de Educação da USP, coordena-

dor de um Grupo de Trabalho em Filosofia da Educação, entregou aos senadores uma análise da questão, ponderando que adolescentes precisam se dar conta de sua existência histórica e que cabe a componentes filosóficos iniciá-los num processo de reflexão e discussão para que eles "possam lidar com a própria subjetividade no enfrentamento das condições circunstanciais de suas vidas concretas".

Debate bom, que ficou restrito ao parlamento. Duas visões do que é educar: se uma delas democratizou o acesso e o que é e para que serve "conhecimento", a outra cobra espaço na escola para que o sentido mais profundo da cultura e da vida seja discutido.

Convém notar que a opinião do professor Severino, por exemplo, foi acompanhada por 40 senadores. Os ditos intelectuais "orgânicos", seja lá do que for, não se meteram no assunto. Porém, a aprovação pelo Senado e Câmara remete à inclusão dessas disciplinas à sanção presidencial. A palavra final sobre o assunto está com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Talvez, até o presidente agradecer-se uma decisão como essa não ficasse restrita à solidão do poder e a chamada intelectualidade dela participasse.

DUAS VISÕES
DO QUE É
EDUCAR SERÃO
ANALISADAS

Figura 4: Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da obrigatoriedade da sociologia.

Na notícia acima explicitada, que ocupa meia página é possível observar que o autor apresenta duas abordagens com relação à inclusão da disciplina: uma contrária e uma a favor. Desta forma, tanto a perspectiva da educação redentora, quanto da educação reprodutora se observam no impresso, pois ao mesmo tempo em que se aborda uma postura de adequação dos indivíduos na sociedade, visam uma educação crítica e concebem estes mesmos indivíduos como seres autônomos nesta sociedade.

2.1.1 Instituições Não Governamentais

Como dito, diferentemente do trato dado à filosofia, não houve argumentações que tratassem, especificamente, da sociologia, e ninguém das Ciências Sociais, por sua vez, se manifestou diante da discussão. Em contraposição a isso, Lejeune Mato Grosso Xavier de Carvalho¹⁶, presidente da Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil (FNSB)¹⁷ contribuiu significativamente para o debate. De acordo com ele, o Padre Roque acolheu às reivindicações das entidades dos sociólogos e apresentou o PL n. 3178/97 para apreciação na Câmara dos Deputados.

Desta forma, houve intensas participações e manifestações de entidades e organizações diante deste embate: A Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) propôs apoio institucional ao presidente do SINSESP, Paulo Martins e o presidente da SBS, professor José Vicente Tavares dos Santos, assinou, em conjunto com Lejeune Mato Grosso Carvalho, presidente da FNSB, e-mail endereçado ao sociólogo e presidente da República Fernando Henrique Cardoso solicitando audiência quando o Congresso já havia aprovado a matéria de obrigatoriedade da Sociologia e cabia a FHC vetar ou não o projeto. Somado a isso, as entidades Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP) e Confederação Nacional dos Profissionais Liberais (CNPL) colaboraram com apoio político e com apoio material, com passagens de avião e aluguel de ônibus, por exemplo.

Cerca de 350 entidades representativas da sociedade civil foram consultadas e se manifestaram em apoio ao presente Manifesto, dentre esses: entidades ligadas aos estudantes do ensino médio, da graduação e da pós-graduação; entidades ligadas à pesquisa em Ciências Sociais; entidades de classe dos profissionais da educação e entidades de classe em geral; sindicatos de profissionais liberais e outros interessados. Dentre elas: União Nacional dos Estudantes (UNE); União Nacional dos Estudantes Secundaristas (UBES); Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL); Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPED); Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino

¹⁶ Lejeune foi presidente da Federação Nacional dos Sociólogos (FNS), por dois mandatos consecutivos: entre os anos 1996 e 2002 e entre 2002 e 2005. Foi uma personalidade muito importante na pressão exercida sobre o Congresso Nacional para a aprovação do PL 3178/97. Em seu mandato, a Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil colocou a sociologia no ensino médio como principal pauta de reivindicação.

¹⁷ A Federação Nacional dos Sociólogos (FNS) foi criada por decisão do VII Congresso Nacional dos Sociólogos, realizado em 1988, na cidade de Salvador/BA, sucedendo à antiga Associação de Sociólogos do Brasil (ASB). Sua oficialização se deu com o registro lavrado na comarca de Belo Horizonte, em 19 de julho de 1989.

Superior (ANDES); Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Central Única dos Trabalhadores (CUT); a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); Associação Nacional de Pós-Graduandos (APG); Associação Brasileira de Imprensa (ABI); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Assim como estas, outras entidades e organizações também se posicionaram pela volta da sociologia para o currículo, como é o caso da notícia do dia 22/09/2001, do Jornal O Globo, intitulada *Entidades pressionam FHC em favor da sociologia*, situada na meia página e no caderno O País (Figura 5). Na reportagem escrita por Evandro Éboli, jornalista e atual editor da "Gazeta do Povo" em Brasília, a CNBB, ABI, dentre outras mandaram e-mails ao presidente da república defendendo a volta da disciplina ao currículo. A justificativa para tal se deve ao fato da disciplina proporcionar sólida formação humanística aos alunos do ensino médio. Neste período, além dos aspectos mencionados, nota-se também nas notícias analisadas certo teor crítico com relação às mobilizações de entidades e instituições pro o retorno da disciplina, ou seja, algumas reportagens da época levantam o argumento de que essas movimentações são, na verdade, para garantir postos de emprego para sociólogos e profissionais da área.

Sábado, 22 de setembro de 2001 O GLOBO O PAÍS • 9

Entidades pressionam FH em favor da sociologia

CNBB e ABI, entre outras, mandam e-mails ao presidente defendendo a volta da disciplina no currículo

Evandro Éboli

BRASÍLIA. Cerca de 50 entidades, entre elas a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), decidiram pressionar o presidente Fernando Henrique a sancionar o projeto que torna sociologia e filosofia disciplinas obrigatórias no ensino médio, o antigo Segundo Grau.

O projeto foi aprovado na terça-feira, no Senado, mas recebeu críticas do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que o considera contrário ao espírito da reforma do ensino médio. O presidente tem de decidir em 15 dias se vai sancionar o projeto ou não.

Representantes das entidades estão enviando mensagens eletrônicas para o Planalto e pediram uma audiência com Fernando Henrique para tentar convencê-lo a apoiar a proposta. As entidades redigiram o "Manifesto em defesa da sociologia e filosofia no ensino médio", em apoio ao projeto de lei do deputado Padre Roque (PT-PR), que é formado em filosofia e tem mestrado em sociologia.

— Vamos apelar para o Fernando Henrique histórico, o sociólogo. O mesmo que presidiu a Associação Internacional de Sociologia durante quatro anos e que, até assumir a Presidência da República, era associado ao Sindicato dos Sociólogos de São Paulo — disse Lejeune Mato Grosso, presidente da Federação Nacional dos Sociólogos.

Lejeune se lembra da carta enviada por Fernando Henrique, em 95, pedindo seu desligamento do sindicato. As entidades pretendem buscar também apoio do ministro da Cultura, Francisco Welton, que é sociólogo e, segundo Lejeune, é filiado ao sindicato.

No manifesto, as entidades lembram que a sociologia e a filosofia já fizeram parte dos currículos: "Desde o início da República, no século 19, a sociologia e a filosofia sempre fizeram parte dos currículos das escolas de ensino médio. Ao assegurar uma sólida formação humanística aos alunos do ensino médio, estaremos incentivando que as pessoas possuam um pensamento lógico e racional, que facilite a elas decifrar o mundo em que vivem".

CUT, CGT, MST e Força Sindical também apoiam

Entre as entidades que assinam o manifesto estão o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (Crub), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a CUT, a CGT e a Força Sindical. O presidente da CNBB, dom Jayme Chemele, e o coordenador nacional do MST, João Pedro Stédile, assinam o manifesto.

Em alguns estados, caso do Rio, a Constituição estadual prevê, desde 1989, a inclusão da sociologia no ensino médio das escolas estaduais, mas a exigência não é cumprida.

— A lei está sendo ignorada e o estado não abre concurso para preencher essas vagas. Algumas das poucas escolas que lecionam essa disciplina recorrem a pedagogos e historiadores, o que é desvio de função — disse a doutora em sociologia Adélia Ribeiro, que integra a comissão que está reestruturando a Associação dos Sociólogos do Rio. ■



DOM JAYME: um dos primeiros a assinar a lista em apoio à sociologia

Figura 5: Notícia do Jornal O Globo a respeito do posicionamento de entidades sobre a obrigatoriedade da sociologia.

A concepção de educação aqui observada é a transformadora, um contraponto a visão governamental uma vez que a sociologia possibilita outra interpretação, tanto do mundo como um todo, quanto da realidade social em que o estudante vive. A concepção transformadora é crítica, pois se coloca numa postura de desconstruir elementos da sociedade e se utilizar das próprias contradições existentes nessa mesma sociedade para agir na sua transformação.

Membros da sociedade civil também declaravam seus posicionamentos no período, como é o caso da notícia do dia 30/09/2001, do jornal O Globo, situada no meio de página e intitulada *Filosofia na Escola*, declarou seu apoio contrário a presença da disciplina no currículo escolar (Figura 6). De acordo com o autor, os alunos não sabem o que é geopolítica, logo não são capazes de entender a filosofia como um todo. Nesse sentido, a notícia se enquadra na concepção reprodutora, pois concebe a educação como algo que está interiorizado na sociedade, porém possui uma abordagem pessimista da mesma.

Filosofia na escola

● Dia desses perguntei a um aluno da 2ª série do ensino médio de uma escola estadual, durante uma aula de geopolítica econômica, disciplina obrigatória da qual ele faria prova no dia seguinte: "Você sabe o que é geopolítica?" E ele respondeu: "Não sei não senhor". Este é o retrato do ensino fundamental no Brasil. Apesar disso, o Senado aprovou projeto que inclui filosofia e sociologia entre as disciplinas obrigatórias do ensino médio. Espero que o presidente vete a lei. Ou repetiremos o diálogo: "Você sabe o que é filosofia?" "Não sei não senhor".

WILSON GAVINHO
(19/9), Maricá, RJ

Figura 6: Notícia do Jornal O Globo a respeito do posicionamento contrário da sociedade civil sobre a obrigatoriedade da sociologia e filosofia.

2.1.2 VETO PRESIDENCIAL

O Projeto que visava à inclusão da sociologia como disciplina obrigatória tramitou por quatro anos e em setembro de 2001 foi aprovado pelo Senado. Contudo, apesar das muitas mobilizações de movimentos e organizações que vislumbraram um futuro menos incerto para a sociologia, no que tange sua presença, em oito de outubro de 2001, o presidente Fernando Henrique Cardoso declarou veto na mesma sob a alegação de que a disciplina constituiria ônus para os Estados e o Distrito Federal, pressupondo a criação de cargos para a contratação de professores, e que não havia no país formação suficiente de tais profissionais para atender a demanda caso o projeto fosse sancionado:

O projeto de inclusão da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no currículo do ensino médio implicará ônus para os estados e o Distrito Federal, pressupondo a necessidade de criação de cargos para a contratação de professores de tais disciplinas com a agravante de que, segundo informações da Secretaria de Educação Média e Tecnológica, não há no país formação suficiente de tais profissionais para atender à demanda caso fosse sancionado o projeto, situações que por si só recomendam que seja vetado na sua totalidade por ser contrário ao interesse público (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2001 apud MORAES, 2011, p. 368)”

Para se compreender o contexto em que o veto foi concebido, é preciso entender o movimento político-educacional que estava por trás dele. Durante a gestão de oito anos do presidente Fernando Henrique Cardoso, algumas organizações e organismos internacionais influenciavam e coadunavam, significativamente, a formulação de políticas nacionais brasileiras, como é o caso do Banco Mundial. Ou seja, por meio do veto foi, assim, mantida a concepção de Sociologia escolar possibilitada pela LDB e defendida pelas DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio), tendo caráter “transversal” e/ou “interdisciplinar”.

Nessa direção, as disciplinas que não caminhavam, *a priori*, nessa perspectiva de relação com o mercado de trabalho eram tidas como desnecessárias, como é o caso da notícia do dia 29/09/2001, localizada no canto de página, do Jornal O Estado de São Paulo, situado no caderno Espaço Aberto e intitulada *Filosofia para quem?* (Figura 7).

Filosofia para quem?

O Congresso aprovou lei criando as matérias de Filosofia e Sociologia no curso médio. Não explicaram para quê. Ficamos, então, com a triste impressão de que o objetivo é o de criar empregos para os egressos dessas faculdades. Andamos sempre na “contramão”. Em lugar de se criar curso para atender às necessidades da sociedade, cria-se a necessidade para atender à produção dos cursos. As pessoas da minha geração, que cursaram o ginásio, devem lembrar-se do sofrimento de estudar Latim, quando tínhamos a absoluta consciência da total inutilidade da matéria que nos exigia tantos esforços. Esforços que poderiam ser dirigidos para atividade mais útil. Se as autoridades quiserem proporcionar empregos, tudo bem. Mas não façam isso à custa do sofrimento de nossos jovens. Políticos, tenham piedade de nossas crianças. **Renato Barbieri, São Paulo**

Figura 7: Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da presença desnecessária da sociologia no currículo

Nesta notícia, escrita pelo cineasta e documentarista Renato Barbieri, observamos que a sociologia é vista como uma disciplina não necessária e inútil no currículo escolar, sendo sua única função naquele momento possibilitar que profissionais formados na área, tenham seus empregos garantidos.

Desta forma, podemos analisar a notícia tanto na concepção da educação redentora quanto na concepção reprodutora. A primeira permite com que os indivíduos se adequem ao modelo de sociedade vigente, sem o viés da criticidade ou da transformação. Nesta concepção a educação não redime a sociedade de suas mazelas, mas a reproduz no seu modelo vigente, perpetuando na medida do possível. Já o segundo prevê a manutenção do *status quo*, a partir do viés da classe dominante, ou seja, concebe a educação como algo interior a sociedade, contudo possui uma abordagem pessimista da mesma.

Nessa direção, para que suas ideias e concepções fossem difundidas, nesse processo de reformas e políticas educacionais, o presidente Fernando Henrique Cardoso contou com o apoio de importantes veículos de comunicação. Tais meios permitiram com que seus discursos fossem legitimados:

Temos observado que vários órgãos de comunicação, dentre os mais importantes, a imprensa brasileira, tem dedicado crescente atenção a educação, muitas vezes criando editoriais especiais e reservando espaços importantes em seus jornais para divulgá-la. Essa tendência começa a atingir os meios eletrônicos, como o rádio e a televisão [...]. (MEC, 1997).

Alguns membros da sociedade civil se declararam contrários a decisão do presidente da república, Fernando Henrique Cardoso, como é o caso da notícia intitulada *Aulas de filosofia* divulgada no dia 15/10/2001, pelo jornal O Globo, situada no meio de

página e escrita por uma leitora do jornal (Figura 8). Na notícia, a autora lamenta o veto dado, questiona a legitimidade do presidente e do então ministro da educação, no que tange aos seus interesses no tocante à educação e termina dizendo que dinheiro para investir em professores há, o que o impede é o desvio por vias ilícitas. Desse modo, a notícia se enquadra na concepção redentora da sociedade, uma vez que apresenta uma visão positiva com relação a presença da sociologia no currículo do ensino médio, e sua importância se relacionada as demais disciplinas presentes no currículo.



Figura 8: Notícia do Jornal O Globo a respeito do posicionamento favorável da sociedade civil a respeito da sociologia.

2.2 GOVERNO LULA (2003–2011).

2.2.1 Instituições Governamentais

Assim como FHC, Lula também esteve no poder por um período de oito anos consecutivos. Outras características demarcam significativamente a mudança para o governo anterior. Em seus discursos, o presidente Luís Inácio Lula da Silva se colocava com uma política progressista, muito decorrente da história do partido ao qual ele é filiado- Partido dos Trabalhadores¹⁸.

¹⁸ De acordo com o portal do partido, este surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi oficializado partido

Dessa forma, no ano de 2003, o PL n. 1.641/2003, do deputado Ribamar Alves (PSB/MA), é apresentado ao Plenário da Câmara dos Deputados. O projeto visa à implementação da Sociologia e da Filosofia no ensino médio como disciplinas obrigatórias. O PL 1.641/2003 é uma nova versão do PL 3.178/1997, salvo algumas alterações. O relator, o deputado César Bandeira, afirmou:

"Na realidade contemporânea, na atualidade, tanto ou mais que em outras épocas históricas, sociais e políticas, a Filosofia deve estar presente para propiciar a análise e compreensão de problemas, envolvendo questões emergentes da diversidade dos contextos. Vivemos numa época do encontro das culturas, do fim do mito do discurso único e onde as legitimações ideológicas estão sendo desautorizadas". (Parecer do Deputado César Bandeira CEC/CD. COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA. PROJETO DE LEI No 1.641, DE 2003.)

Percebe-se que a argumentação que a palavra Sociologia não é citada na redação do texto, e sua escrita é totalmente direcionada a presença da Filosofia no ensino médio. É importante destacar que neste momento a filosofia é concebida como fundamental na formação da opinião pública dos indivíduos e tem como papel estimular os alunos a lidarem com as adversidades existentes. Em fevereiro de 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE) realiza uma audiência pública sobre o tema com a presença de representantes (GESTEIRA, 2016), fazendo parte dessa audiência entidades e organizações¹⁹ que lutam pela inclusão obrigatória da sociologia e filosofia no currículo. Ainda em 2006, os participantes da audiência, lançaram um Manifesto, que fora chamado “Apoiamos Sociologia e Filosofia no Ensino Médio para ampliarmos a cidadania no Brasil” (AZEVEDO, 2014). Neste movimento, o parecer, que fora declarado favorável, se tornou uma resolução:

político em 10 de fevereiro de 1980. Defensor do socialismo democrático, o PT foi fundamental na mobilização social conhecida como Diretas Já, que reivindicou eleições presidenciais diretas no Brasil. Lula, Tancredo Neves, Leonel Brizola e Miguel Arraes foram alguns dos protagonistas do movimento. O Primeiro presidente eleito pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a combinação entre crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social, com distribuição de renda, ampliação do emprego, redução da pobreza e promoção da soberania nacional.

¹⁹ Sindicato dos Sociólogos do Estado de São Paulo (Sinsesp), do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) e Federação Nacional dos Sociólogos do Brasil (FNSB)

É importante observar que apesar desta resolução e da falta de atribuição ao legislativo de incluir disciplinas, isto ocorreu no caso da lei 11.684/2008, mesmo depois do órgão competente ter regulado a questão, no caso o CNE como braço normativo do MEC. Isto nos aponta para a necessidade de entender a legitimação por meio legislativo das disciplinas, pois haveria um poder maior sobre os sistemas educacionais, sendo punidos as iniciativas privada ou pública que não tratassem a sociologia e a filosofia no formato de disciplina. O parecer não teve o peso e a capacidade de efetivação que a lei proporcionou (AZEVEDO, 2014).

Apesar do veto presidencial em 2001, a sociologia estava presente em vinte e cinco estados brasileiros em 2003, através de iniciativas estaduais.

Neste período e nos anos subsequentes, a incidência de notícias que tratam sobre a inclusão da disciplina começaram a ganhar destaque, como é o caso da notícia do dia 20/02/2006, do jornal O Estado de São Paulo, localizada na página inteira e no caderno Ensino Médio, intitulada *MEC quer aulas de filosofia e sociologia* (Figura 9). Nesta



Figura 9: Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito do posicionamento favorável do Ministério da Educação sobre a sociologia.

notícia, a jornalista Renata Cafardo, traz um breve histórico da luta pela reintrodução de disciplina, disserta sobre o veto do presidente Fernando Henrique Cardoso e cita o posicionamento favorável do Ministério da Educação pelo retorno da disciplina. Dessa forma, a partir das concepções educacionais expostas, tal notícia parte de uma concepção transformadora da sociedade, uma vez que a disciplina é tida como essencial no processo de desenvolvimento do aluno, na formação e análise crítica da

Em 2007, o PL 1641/2003 sobre a obrigatoriedade da Sociologia no ensino médio é desarquivado, solicitação essa feita pelo deputado Ribamar Alves que tinha sido reeleito. No ano de 2007, inclusive, em especial no dia 03/01/2007, o jornal O

Estado de São Paulo publicou a notícia intitulada *Filosofia e Sociologia no Ensino Médio*, localizada no Espaço Aberto (Figura 10).

Nesta notícia podemos perceber o movimento pelo retorno da sociologia no currículo escolar. Escrita pelo professor e filósofo Paulo Ghiraldelli Jr, a notícia ocupa página inteira e trata da relevância da sociologia no currículo escolar, citando-a como

Filosofia e sociologia no ensino médio

Paulo Ghiraldelli Jr.



A escola do ensino médio não vai bem. Os professores ganham mal e são ameaçados fisicamente e moralmente por gangues e "altos". Quando você escuta alguém do governo negando isso, pergunte a tal pessoa se, após os quatro anos da administração Lula, ela faria voltar seus filhos para a escola pública, se é que um dia eles estudaram lá. Todos sabem que quem pode pagar por alguma escola particular não são seus filhos na escola pública.

O presidente Lula diz que a educação será prioridade no seu segundo mandato. Mas "prioridade" para educação o que é? É a prioridade de quem não quer pagar por alguma escola particular? É o contrário? E, no caso da administração Lula, há uma agravante quanto a isso: é difícil ver na história do Ministério da Educação (MEC) uma equipe tão pobre em idéias e tão amadora quanto essa que passou e que parece que vai ficar. É o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)? Ele tem tudo para ser um tiro pela culatra. Comentei neste espaço, no mês passado, que não teremos garantia de que o dinheiro será bem gasto.

Se já não bastasse tudo isso, agora alguns estados – com São Paulo à frente – resolveram desconsiderar a

única medida inteligente que foi possível se ver na área educacional, durante a administração Lula, que foi a volta da filosofia e da sociologia ao ensino médio. Este jornal denuncia o caso: o Conselho Estadual de Educação paulista elaborou uma indicação contendo a inclusão de filosofia e sociologia no ensino (Indicação nº 62/2006, aprovada em 20/9/2006). O relatório do Conselho Estadual de Educação (CEE) sobre o assunto, sem nenhum fundamento e também sem melindre, simplesmente desconsiderou todo o debate nacional de mais de duas décadas sobre a importância da inclusão de disciplinas humanísticas no ensino médio e ainda jogou a questão para 2008. E mais: desconsiderou também a legislação maior, que veio do Conselho Nacional de Educação, que fazia claramente da obrigatoriedade da volta de tais disciplinas São Paulo, que havia sido pioneiro quanto a isso, agora está na retaguarda.

Esse episódio de São Paulo poderia ser visto por alguns como uma questão isolada. Pois poderíamos pensar: "É coisa regional". Mas não é "coisa regional" que o Brasil é construído, ou melhor, destruído. Além disso, o que está em jogo com o parecer do CEE paulista não é somente a questão do retorno ou não de duas disciplinas dentro de um quadro curricular. O que está em jogo é algo muito mais importante. É a capacidade das escolas de ensino médio de conseguirem – ainda que em tese – oferecer aos jovens a oportunidade de terem contato com uma parte da cultura da qual nenhum povo desenvolvido abriu mão. E nenhuma outra disciplina cumpre as funções da filosofia e da sociologia quanto ao que elas podem oferecer aos nossos adolescentes.

A disciplina portuguesa pode levar alguém a ler Platão e Aristóteles, mas isso ocorrerá somente se houver também o estudo das literaturas brasileira e portuguesa. As disciplinas de história e geografia podem dizer muito sobre a Grécia Antiga, herdeira de nossa cultura, mas não cubra a eles guiar o aluno à leitura de *A República*, de Platão. Assim, a filosofia e a sociologia são necessárias. É função das disciplinas filosofia e sociologia esse papel. E nenhum jovem pode chegar ao vestibular sem ter lido ao menos a *Allegoria da Caverna*, de Platão. Pois um país onde um jovem entra numa universidade boa, estatal ou particular, sem ter lido

Allegoria da Caverna é um país de terceira classe. Não é uma questão de verdade. A *Allegoria da Caverna* está para as humanidades, assim como a "regra de três" está para as ciências matemáticas. Não podemos imaginar um jovem de 18 anos, numa sala de uma universidade, incapaz de fazer uma "regra de três", do mesmo modo que não podemos acreditar que alguém tenha olgado a cavalo, após ter vivido dentro de uma escola durante mais de 11 anos, sem nunca ter ouvido falar algo sobre a *Allegoria da Caverna*. Ora, esse jovem existe, tanto em relação a um conteúdo como quanto no outro, mas, em tese, ele não deveria existir. Ele pode existir por deficiência prática de nosso ensino, mas não pode existir já no ponto de partida, por obra da letra da lei. A letra da lei não pode proibir Platão, tirando-o do currículo, do mesmo modo que não pode eliminar dos conteúdos a "regra de três". Se no passado fizemos isso, erramos. Temos que parar de errar.

Um último recado, agora.

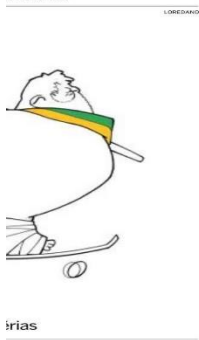
Todo o debate sobre a inclusão das disciplinas foi descartado

para os professores de filosofia e sociologia.

Superamos a discussão sobre a transversalidade. Nenhum que passou por algum estudo sério na área de Humanidades vai dizer que a filosofia e a sociologia devam ser "transversais" no currículo do ensino médio. Superamos também a discussão sobre o conteúdo: não temos mais de doze línguas deveríamos falar sobre a "vida cotidiana" ou sobre a "leitura dos clássicos". Hoje sabemos que o melhor é a articulação entre as duas formas. Então, quando tudo nesse âmbito havia dado bons passos e, infelizmente, São Paulo já até havia feito um concurso de ingresso de professores nessas disciplinas humanísticas, veio esse parecer descolado do CEE. Vamos reunir forças para mudar isso. Temos de acreditar, até que mais uma vez os fatos nos proveem o contrário, que o novo governo de São Paulo terá um melhor diálogo com o CEE e vai empurrar no sentido de ser uma coisa mais qualificada, técnica e teoricamente. O CEE vai poder provar que está mais qualificado quando der um parecer claro e nítido pela volta imediata da filosofia e da sociologia à escola dos adolescentes. ■

Paulo Ghiraldelli Jr., filósofo, é editor da *Contemporary Pragmatism*, NY. Site: www.filosofia.org.br

ARES



ários

importante para outros campos da disciplina. Nesse sentido, ela é analisada na visão transformadora. Esta linha de pensamento interpreta a educação dimensionada dentro dos determinantes sociais, com possibilidades de agir estrategicamente.

Portanto, a educação poderá estar a serviço de um projeto de libertação da sociedade capitalista.

Nessa direção, e ainda que o MEC tenha declarado posição favorável a inclusão da disciplina, algumas entidades caminharam na direção contrária. Como é o caso da notícia abaixo, do dia 26/08/2007, do jornal O Estado de São Paulo, de cunho editorial,

localizada no meio da página e intitulada *Sociologia e Filosofia deveriam ser obrigatórias no Ensino Médio?* (Figura 11).

Figura 10: Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da relevância da sociologia no ensino médio.

Nesta notícia, o CEESP, alega que a

medida que visa à inclusão da disciplina fere a autonomia das escolas. Tal notícia é enquadrada na concepção reprodutora, uma vez que possui um olhar negativo com relação à inclusão da disciplina, alegando que fere a autonomia assegurada pela Constituição aos sistemas de ensino.

A QUESTÃO É:

Sociologia e filosofia deveriam ser obrigatórias no ensino médio?

educação
Conselho vota contra filosofia e sociologia

O Conselho Estadual de Educação emitiu parecer no qual considera nula a obrigatoriedade das disciplinas de sociologia e filosofia no ensino médio (9º grau). A medida foi votada por maioria de votos pelo Conselho Nacional da Educação e homologada pelo Ministério da Educação. Outros projetos a prazo para as escolas encaram esse projeto no Conselho. No ano passado, a rede pública já adotou as duas disciplinas.

Para CEEESP, medida fere autonomia das escolas

Resultado da enquete:

Sim > **87,82%**

Não > **12,18%**

 Confira a próxima enquete em www.estadao.com.br

Figura 11: Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da posição contrária à presença da sociologia do CEEESP (Conselho Estadual de Educação de São Paulo).

2.2.2 Instituições Não Governamentais

Neste momento, tanto a filosofia, quanto a sociologia são colocadas como disciplinas que possibilitam a construção de um cidadão crítico e ético, que seja capaz de analisar a sociedade em que vive e, ao mesmo tempo, interventor como agente social. Sendo assim, no percurso que sucedeu o movimento, os sindicatos SINSESP e FNSB os sindicatos propuseram um documento que tinha por objetivo a alteração das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM). Na redação do documento, escrito pelo professor Amaury Cesar de Moraes, constava um impedimento para a obrigatoriedade da sociologia e filosofia no currículo, por alegarem que as mesmas estavam incluídas em outras disciplinas, como a Geografia e a História. Além disso, foi realizado também o Fórum Curricular Nacional do Ensino Médio, que convocou as sociedades científicas, entidades e organizações, cujos conhecimentos estivessem presentes no ensino médio para a discussão do currículo (AZEVEDO, 2014). Por fim, este fórum acarretou na formulação das Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNEM). Este documento teve a intenção de refletir sobre as DCNEM e apresentar uma nova interpretação da LDB/96 a respeito da obrigatoriedade da Sociologia. Contudo, apesar de todo este movimento de defesa das disciplinas, o PL não foi votado em tempo hábil, sendo arquivados todos os projetos que não haviam sido votados até o momento.

Nesse contexto, o PL é enviado, novamente, aos setores correspondentes para discussão e em janeiro de 2008 é enviado ao Senado Federal. O Senador Valter Pereira (PMDB/MS) é quem aprova o parecer sob a alegação de que em 2008 a situação é totalmente diferente de 2001, pois as duas disciplinas estão presentes em quinze estados brasileiros e, além disso, o Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, em 2006, já havia se pronunciado sobre o assunto (AZEVEDO, 2014).

2.2.3 Reintrodução da Disciplina

Assim sendo, o PL segue os trâmites legais: é enviado ao plenário do Senado e lá é votado. Os argumentos colocados foram pautados nos benefícios da Sociologia, como o ensino crítico, no ensino médio para a juventude, e, o vínculo que a disciplina tem com o projeto de nação, que é também um projeto de escola e de ensino médio (AZEVEDO, 2014).

Com isso, o Presidente em exercício, o Vice-Presidente da República José

EDUCAÇÃO

Ensino médio terá filosofia e sociologia

O presidente da República em exercício, José Alencar, sancionou ontem o projeto de lei que torna obrigatória a inclusão das matérias filosofia e sociologia no currículo das escolas de ensino médio, públicas e particulares. A lei havia sido aprovada pelo Senado em 8 de maio. O Conselho Nacional de Educação já havia aprovado, em 2006, um parecer que tornava obrigatório o ensino das disciplinas.

Figura 12: Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da obrigatoriedade da sociologia a partir da lei 11.684/2008.

Alencar, sanciona a proposta e a transforma na lei n. 11.684/2008 de 2 de junho de 2008. Logo, o CNE prevê a implantação da Filosofia e Sociologia nas três séries do Ensino Médio através da Resolução nº 1, de 15 de maio de 2009, determinando que tal medida se instaure até 2011.

Nesta notícia, do dia 03/06/2008, do jornal O Estado de São Paulo, do caderno Vida &, escrita pela equipe editorial do jornal, localizada no fim de página e intitulada *Ensino Médio terá filosofia e sociologia*, podemos perceber o intuito de informar ao leitor sobre a sanção presidencial que regulamentava a obrigatoriedade das disciplinas filosofia e sociologia no currículo (Figura 12). Desta forma, a notícia se apresenta na perspectiva transformadora, uma vez que a sociologia e a filosofia como disciplinas obrigatórias no

currículo propiciarão uma análise crítica da realidade social.

Mudanças no ensino médio

Com a sanção da lei que volta a tornar obrigatório o ensino de filosofia e sociologia nas 23.561 escolas públicas e privadas de ensino médio do País, que têm um total de 9 milhões de alunos, só falta definir a carga horária e os critérios de contratação de professores para que a medida possa ser implantada em 2009. A oferta das duas disciplinas não era obrigatória desde o começo da década de 70.

O ensino da filosofia e da sociologia no ensino médio sempre foi marcado por um movimento pendular de inclusão e exclusão, em razão de divergências pedagógicas e motivos ideológicos. As duas disciplinas eram oferecidas em caráter obrigatório no antigo "ensino secundário" desde o final da década de 20, mas o Estado Novo varguista, por meio da reforma escolar promovida em 1942 pelo então ministro Gustavo Capanema, converteu-as em matérias optativas. Com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, elas voltaram a ser incluídas no currículo mínimo, sob a justificativa de que eram indispensáveis para uma formação escolar de qualidade. Com a reforma educacional promovida pela ditadura militar, em 1971, porém, elas foram banidas das salas de aula.

Após a redemocratização do País, em 1985, ressurgiram as pressões para a reinclusão das duas disciplinas no chamado "ensino de 2º grau", que substituiu o antigo "secundário". Em 1986, a Secretaria de Educação de São Paulo realizou um concurso público para admissão de professores de so-

ciologia no corpo docente da rede pública, iniciativa que foi adotada nos anos seguintes pelas autoridades educacionais do Distrito Federal, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Desde o início da atual década, cerca de 21 Estados oferecem aulas de sociologia e filosofia, alguns em caráter optativo e outros em caráter obrigatório. Em 2001, o Congresso aprovou uma lei proposta que tornava obrigatória a oferta das duas disciplinas. Mas o presidente Fernando Henrique a vetou, alegando que faltavam professores e infraestrutura.

Aulas de filosofia e de sociologia voltarão a ser dadas nas escolas

Desde então, sob a justificativa de que a filosofia e a sociologia são fundamentais para despertar o espírito crítico dos estudantes, levá-los a conhecer mais profundamente a realidade social e econômica do País e prepará-los para o exercício da cidadania, pedagogos, entidades docentes e o próprio CNE, por meio de sua Câmara de Ensino Básico, passaram a defender sua inclusão nos Parâmetros Curriculares Nacionais e sua oferta em caráter obrigatório, o que acaba de ocorrer. O sucesso dessa medida, contudo, pode ser comprometido pela falta de docentes em número suficiente. Esse problema, aliás, também vem ocorrendo há muito tempo em várias outras disciplinas, como história, geografia, matemática, química e física.

A estimativa das autoridades educacionais é de que serão necessários cerca de 30 mil professores para ministrar aulas de sociologia e filosofia. Atualmente, segundo a Secretaria de Ensino Básico do MEC, há cerca de 8 mil professores lecionando sociologia na rede pública de ensino médio e 10,4 mil professores ensinando filosofia. No entanto, nem todos têm formação específica nas duas áreas.

Para tentar contornar o problema da falta de docentes devidamente especializados na rede escolar pública, o MEC formulou o Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio e o programa de Incentivo à Formação Continuada de Professores do Ensino Médio. São iniciativas importantes, não há dúvida, mas estão longe de atender à demanda de professores de sociologia e de filosofia com formação especializada e licenciatura. As universidades públicas, privadas e confessionais certamente abrirão novos cursos de filosofia e ciências sociais, especialmente os de licenciatura, ou expandirão os cursos já existentes. Mas leva tempo para que possam atender à demanda. Além disso, tendo em vista a diversidade do que se ensina em cada Estado, em matéria de sociologia e filosofia, haverá a necessidade de se definir um programa nacional e um projeto pedagógico para as duas disciplinas, que também leva tempo.

Ainda é muito cedo para saber se a introdução da filosofia e da sociologia como disciplinas obrigatórias é uma medida acertada ou se teria sido melhor reforçar o ensino de português, matemática e ciência.

Diferentemente da explicitada acima, a notícia do dia 07/06/2008, do caderno Notas e Informações e localizada na página inteira, também do jornal o Estado de São Paulo e intitulada *Mudanças no ensino médio*, discorre que com a sanção da lei que volta a tornar obrigatório o ensino de filosofia e sociologia (Figura 13). Dessa maneira, as 23.561 escolas públicas e privadas de ensino médio do País que têm um total de nove milhões de alunos teriam possibilidade de aprender essas duas disciplinas, só faltando definir a carga horária e os critérios de contratação de professores para que a medida possa ser

Figura 13: Notícia do Jornal O Estado de São Paulo a respeito da volta da sociologia no currículo escolar.

implantada em 2009. A oferta das duas disciplinas não era obrigatória desde o começo da década de 1970. Nesse sentido, a notícia se apresenta na concepção redentora, uma vez que apresenta uma visão otimista com relação a presença e ao futuro da sociologia como componente curricular da grade do ensino médio, além disso, denota um caráter salvacionista da mesma (Figura 13).

Dessa forma, e com base nos aspectos observados, percebemos que o veto dado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, resultou num processo de culminância que dará origem à reintrodução da disciplina em 2008, pela lei 11.684. Desde o veto, as mesmas entidades associadas a outros movimentos se organizaram em prol da inclusão da disciplina.

CAPÍTULO 3

PERSPECTIVAS EDUCACIONAIS GOVERNAMENTAIS: ENTRE RUPTURAS E CONTINUIDADES

Até o momento vimos o modo como certas instituições trataram do debate acerca da introdução ou retirada da sociologia no currículo escolar. Podemos afirmar, nesse sentido, que a forma como tais instituições se posicionaram acerca do debate sobre a inserção ou não da sociologia estava de acordo com os interesses que cada governo tinha, bem como suas articulações. É importante ressaltar aqui a relação entre educação e sociedade que Luckesi (1999) estabelece, e destacar também as concepções educacionais que faziam parte destes governos e influenciaram, em grande medida, as discussões sobre presença e ausência da sociologia como disciplina escolar.

Para Saviani (2005), com a ascensão do neoliberalismo, a lógica produtivista da educação ganhou um novo fôlego e funcionou como “um instrumento de ajuste da educação às demandas do mercado numa economia globalizada centrada na tão decantada sociedade do conhecimento” (DUARTE, 2003 apud SAVIANI 2005).

Sendo assim, no capítulo a seguir iremos investigar os sentidos atribuídos a educação no governo dos presidentes em exercício na época, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, compreendendo também a influência que tais concepções educacionais exerceram sobre a introdução da sociologia.

3.1 GOVERNO FHC (1995-2002)

Cada governo sustenta um projeto societário particular, ainda que possa haver semelhanças ou dissonâncias com governos anteriores, as características que demarcam cada momento histórico-político são singulares. Nesse sentido, a década de 90 representou um marco significativo na formulação de políticas públicas e, neste momento destaco as políticas públicas educacionais. O Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e agências da Organização das Nações Unidas (ONU) foram importantes interlocutores multilaterais da agenda brasileira da época (DOURADO, 2002).

Para Ciavatta e Frigotto (2003), além da forte influência de organismos internacionais, é notória a formulação de grandes eventos, assessorias técnicas e farta produção documental. Dentre esses últimos, trago aqui um documento significativo que auxiliará na compreensão da questão, este documento se intitula *Educación y conocimiento: eje de la transformación productiva con equidad, vinculando educación, conocimiento e desenvolvimento nos países da América Latina e do Caribe*. A principal pauta deste documento era de uma ampla reforma dos sistemas educacionais para a capacitação profissional e o aproveitamento da produção científico-tecnológica (CIAVATTA e FRIGOTTO idem, 2003).

Percebemos assim que a análise econômica tornou-se o principal norteador para a produção de políticas educativas:

Rosa Torres (1996) também destaca que a educação passou a ser analisada com critérios próprios do mercado, e a escola é comparada a uma empresa. As propostas do BIRD para a educação são feitas, de acordo com a autora, basicamente por economistas, dentro da lógica e da análise econômica. (ALTMANN, 2002).

Nessa perspectiva, a dinâmica educacional utilizada no governo FHC foi baseada numa pauta de indicações do Banco Mundial. As ações feitas no governo FHC, em destaque as reformas educacionais, que teve Paulo Renato de Souza como ministro da educação, estão coadunadas com uma concepção de educação voltadas para uma lógica neoliberal e fazendo parte de um conjunto das medidas que mostram a aproximação político-ideológica entre o governo federal e as agências internacionais, como Banco Mundial²⁰, na adoção de uma concepção educacional baseada no pensamento pedagógico empresarial (NUNES e BRAGA, 2016). Segundo Saviani o ideal neoliberal foi determinante em todas as iniciativas de política educacional deste governo (SAVIANI, 2000, p. 200-201).

A agenda educacional nos oito anos de governo FHC esteve voltada para a empregabilidade em massa, onde os mais pobres saíam da escola com alguma garantia de postos de trabalho:

²⁰ O Banco Mundial foi fundado em 1944, na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods, no Estado de New Hampshire, Estados Unidos, realizada com o objetivo de traçar estratégias que pudessem colaborar para a reconstrução dos países europeus no pós-guerra, com vistas a garantir sua estabilidade e crescimento econômico (NUNES e BRAGA apud SILVA, 2002).

Em seu conjunto, o projeto educativo do Governo Cardoso encontra compreensão e coerência lógica quando articulado com o projeto de ajuste da sociedade brasileira às demandas do grande capital. As demandas da sociedade organizada são substituídas por medidas produzidas por especialistas, tecnocratas e técnicos que definem as políticas de cima para baixo e de acordo com os princípios do ajuste. (CIAVATTA e FRIGOTTO, 2003)

Nesse sentido, é importante compreendermos o sentido dado a educação neste período, é preciso remontar historicamente as ações educacionais propostas no Governo FHC, bem como o seu projeto de educação, que vale dizer estão inseridas em um contexto social mais amplo (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2003). Como dito, durante o período em que esteve sob a presidência, o presidente promoveu uma série de mudanças nas políticas públicas educacionais, dentre elas se encontram: a substituição a LDB DE 1961 pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, que afirmava:

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social. (LEI Nº9394, de 20 de dezembro de 1996).

Somado a isso, consta também a aprovação do Plano Nacional de Educação e dos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) (1999). Este último, como o próprio nome sugere, tem por objetivo difundir os parâmetros de ensino para cada disciplina presente na educação básica²¹ (DOS ANJOS, 2016). Em linhas gerais, pode-se afirmar que os parâmetros tiveram por intuito possibilitar a integração dos

²¹ Em 1997 e 1998 são apresentados o Parâmetros Curriculares Nacionais referentes ao Ensino Infantil e Fundamental, nestes documentos, a sociologia não se faz presente.

estudantes com as categorias de trabalho e cidadania. Uma observação feita permite pensar que há um movimento, neste período, para implantação de um currículo nacional, de uma base nacional comum que norteie os conhecimentos e conteúdo a serem ensinados em todo o território brasileiro. Nesta conjuntura política, nota-se que as reformas curriculares têm estreita ligação com os interesses do mercado, cabendo a educação a formação do trabalhador eficiente para o mundo produtivo (DOS ANJOS apud DIAS e LOPES 2003). Para dar luz à discussão, trago Tomaz Tadeu da Silva (2004), que afirma:

O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

Dessa forma, o currículo não é uma realidade abstrata, e, portanto as políticas neoliberais influenciam nas construções curriculares contemporâneas, com privilégios a certos conteúdos e ao discurso das competências e habilidades (DOS ANJOS, 2016). O currículo, segundo Silva (1999), sempre foi construído para produzir efeitos sobre as pessoas. Logo, o objetivo em colocar ou retirar a sociologia no currículo oficial, está coadunada com interesses maiores.

Na esfera educacional, no que tange as ações realizadas pelo governo FHC, além da criação da LDB DE 1996, se encontra também o Plano Educacional de Educação: Este documento proposto no II Congresso Nacional de Educação se autodetermina como aquele que tem por objetivo atender às necessidades educacionais da maioria da população (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1997, p. 15). Também é entendido como um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos da cidadania e da emancipação social que deve contribuir para o aprimoramento do indivíduo e da sociedade para a construção coletiva de um novo projeto de inclusão e de qualidade social para o Brasil (HERMIDA, 2012).

A LDBEN, que fora aprovada em 1996 e as políticas educacionais elaboradas pelo são condizentes à orientação política geral adotada pelo governo FHC. No caso específico da LDBEN, ela ficou famosa por ser

uma versão “mínima” de projeto educativo para a educação nacional, na qual aspectos que deveriam caracterizar uma lei maior de educação foram deixados de lado ou em aberto para posteriormente serem regulamentados de forma tópica. O caráter minimalista é fácil de ser percebido, quando se trata de ver qual é o papel do Estado na universalização da educação nacional. Resumidamente, pode-se afirmar que nessa nova conjuntura a função da instituição escolar é a formação de contingentes de indivíduos, a partir do desenvolvimento das competências que lhes permitam inserir-se nos processos produtivos exigidos pela modalidade de trabalho simples (HERMIDA, 2012).

Tendo em vista este panorama político-educacional do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, é possível compreender que o veto sobre as disciplinas sociologia e filosofia está vinculado ao contexto da época: ainda que tenha sido aprovada no Senado em setembro de 2001, a proposta de inclusão sempre contou com a oposição do Governo Federal, como podemos observar na notícia do dia 13/10/2001, intitulada *Sociologia e Filosofia*, escrita por Nivaldo Troiano e se situa no caderno do leitor e no canto de página, o estudante afirma que é injustificável o presidente vetar as disciplinas no país, uma vez que elas apresentam um poder de contribuição para o país (Figura 14). Além do fato de vetar uma disciplina que é da própria formação acadêmica dele.

Sociologia e filosofia

"Mais uma vez, o presidente FHC perdeu a oportunidade de contribuir para o processo de educação no Brasil. O veto à inclusão de sociologia e de filosofia no ensino médio, com justificativas das mais absurdas -como a falta de professores qualificados, o "gasto" com a contratação de professores etc.-, merece uma resposta por parte dos congressistas com a derrubada dessa atitude insana de um professor de sociologia aposentado. Tenho dúvidas de que devamos esquecer o que ele escreveu como sociólogo. Mas, com certeza, quero esquecer muitas coisas que ele tem feito como presidente."

Nivaldo Troiano, estudante de ciências sociais (São Paulo,

Figura 14: Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito do veto dado por FHC na obrigatoriedade da sociologia.

Nessa direção, FHC vetou o projeto que determina a inclusão da sociologia no currículo das escolas brasileiras, por considerá-la contrária ao interesse público, alegando a diminuição de despesas dos estados e do Distrito Federal, relacionados à criação de cargos e à contratação de professores para as novas disciplinas:

No dia 09/01/2001, em despacho do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ao Presidente do Senado, Senador Romero Jucá (PSDB-RR), é dado o veto ao projeto de lei. O texto argumenta que a inclusão das duas disciplinas trará ônus para os Estados e que não há número suficiente de profissionais formados. (AZEVEDO, 2018, pg.175)

Fernando Henrique levou em consideração parecer do MEC, que não vê necessidade de os conteúdos de Filosofia e Sociologia serem apresentados em formato de disciplinas, uma vez que, de acordo com o Ministério da Educação, a educação brasileira trata desses conteúdos em temas transversais e tópicos de disciplinas já oferecidas, como História e Geografia. Além disso, o governo argumenta que faltam professores especializados para atender a demanda que surgiria com a implantação das novas disciplinas. Segundo Rui Berger, secretário de Ensino Médio do MEC, o ministério não é contra o ensino dessas áreas, mas sim do ensino delas em disciplinas específicas.

De acordo com Silva (2007) as disciplinas de maneira geral são desvalorizadas. As ciências sociais, mais uma vez, são “ideologizadas” ou psicologizadas.

Artes e Educação Física são descartadas dos currículos, porque a ideia das Diretrizes era a de que essas disciplinas se transformariam em projetos e não precisariam constar no rol de disciplinas. Um raciocínio de economista predominou: economizar custos. Assim, faz de conta que determinadas disciplinas transformadas em temas transversais ou em projetos estão sendo contempladas. Mas, de fato, elas não foram contempladas porque as escolas não tinham dinheiro e nem espaço para contratar alguém que se responsabilizasse por esses projetos e atividades. Imaginar que os professores de outras áreas iriam dar conta desses conteúdos foi a atitude mais cínica dos reformadores curriculares dos anos de 1995 a 2002 (MORAES, 1999). No currículo das competências a sociologia e as ciências sociais não entram como disciplinas do núcleo comum, mas podem estar na parte diversificada, como disciplinas escolhidas pelas escolas. Por isso a sociologia continua instável, e com

dificuldades de se firmar como disciplina escolar. Isso interfere na formação de professores, uma vez que o espaço de trabalho como professor de sociologia não está consolidado. Nos currículos em que a sociologia apareceu dessa forma, o seu ensino foi ministrado predominantemente por professores com formação em áreas tais como a pedagogia, história, geografia, entre outras.

Na notícia abaixo, do Jornal A Folha de São Paulo, do dia 15/10/2001, situada no meio de página, do caderno Paineis do Leitor, percebemos que o leitor Nelson Xisto Damasceno Filho se posiciona favorável ao veto do presidente Fernando Henrique Cardoso e justifica dizendo que o tempo dedicado a graduação nos estudos sociológicos não é ideal para formar sociólogos, não será a sala de aula, do ensino médio que o fará (Figura 15).

Veto à sociologia

"Não sei o porquê do espanto com o veto de FHC à lei que incluía as cadeiras da sociologia e filosofia na grade curricular do ensino médio. É questão de coerência e autocrítica. Se anos de universidade, nos bancos e na cátedra, lado a lado com os maiores sociólogos do mundo, foram de nenhuma utilidade para ele (e para nós), o que pensar sobre a utilidade para os alunos do ensino médio de poucas aulas com professores despreparados e mal pagos, que terão como embasamento as obras que o presidente escreveu e pediu que esquecêssemos?"

Nelson Xisto Damasceno Filho (Belo Horizonte, MG)

Figura 15: Notícia do Jornal A Folha de São Paulo a respeito do apoio dado pela sociedade civil ao veto na sociologia, por FHC.

Com isso, na notícia a seguir intitulada *Pela Liberdade*, do dia 14/10/2001, do caderno Opinião, o autor também se posiciona contrariamente e afirma que o veto preserva a liberdade, o direito de escolha e a convivência de diferentes abordagens no ensino (Figura 16). Na matéria ainda se diz que a decisão do presidente salva os professores da dificuldade de explicar aos alunos o paradoxo de um sistema educacional que é baseado na liberdade por lei, mas é forçado ter disciplinas obrigatórias.



Figura 16: Notícia do Jornal O Globo a respeito do veto dado por FHC na sociologia representar a liberdade de ensino.

3.2 GOVERNO LULA (2003-2011)

Diferente do governo anterior, o governo Lula foi caracterizado como promotor de políticas sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis da população (MARQUES e MENDES, 2007 apud OLIVEIRA 2009). Em linhas gerais, uma série de reformas aconteceu neste período, tanto a incursão de programas sociais, quanto à organização escolar como um todo, inclusive reformulação dos currículos. É possível considerar que, de certa forma, o primeiro mandato de Lula foi caracterizado pela promoção de políticas assistenciais e compensatórias por meio de programas sociais desenvolvidos²²

²² Como o programa Bolsa Família, Prouni, dentre outros.

(OLIVEIRA, 2011). Uma das primeiras medidas tomadas no governo Lula foi a formulação do PDE²³, cuja autoria é de Fernando Haddad.

Contudo, para alguns pesquisadores, o governo Lula, ao invés de representar avanços, demarcou continuidades:

Na educação, o governo federal vem desenvolvendo programas, estabelecendo parcerias com os municípios e com as escolas diretamente, muitas vezes sem a mediação dos estados, consolidando assim um novo modelo de gestão de políticas públicas e sociais. Tal modelo, contudo, tem ensejado também o envolvimento de outras instituições na implementação de programas sociais no nível local, tais como: Organização Não- Governamental (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), sindicatos. Esse modelo de gestão de políticas públicas e sociais teve início no governo anterior, ou seja, na reforma do Estado promovida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso – (FHC). (OLIVEIRA, 2009).

Nessa direção, Lopes (2004) aponta a permanência de políticas educacionais iniciadas no governo FHC que se mantiveram no governo Lula, tais como:

a) Não houve mudanças nas diretrizes curriculares nacionais; b) Os parâmetros para o ensino fundamental e para o ensino médio permanecem sendo as referências curriculares para muitas das ações do Ministério da Educação; c) Está em processo a avaliação dos livros didáticos de nível médio, visando sua distribuição aos alunos, ainda em uma perspectiva que tenta dirigir professores em suas aulas, via livros didáticos; d) A afirmação da Secretaria de Educação Média e Tecnológica (SEMTEC) de que visa introduzir o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como exame obrigatório ao final da educação básica, apontando ainda a possibilidade de outro exame a que o aluno se submeta antes de entrar no ensino médio; e) a instituição do sistema de avaliação de conhecimentos e competências dos professores a cada cinco anos de trabalho, mais uma vez utilizando a avaliação de competências como mecanismo regulador da atividade profissional e como pretensa garantia de qualidade, inclusive associada a possíveis ganhos salariais. (LOPES, 2004)

²³ O texto se sustenta no tripé gestão, financiamento e avaliação. Crítica a noção de educação proposta vigente até o momento e preconiza a responsabilização e mobilização de todos os agentes públicos envolvidos com a educação” (BRASIL, 2008)

Porém, enquanto a gestão de FHC foi marcada pela mundialização do capital, a partir das ideias de qualidade total, pedagogia das competências, empregabilidade e empreendedorismo (FRIGOTTO e CIAVATTA, 2011), o governo posterior representou uma desacelerada deste processo, ainda que com algumas críticas. De acordo com a autora:

“O primeiro mandato do presidente Lula foi marcado, no campo educacional, muito mais por permanências que rupturas em relação ao governo anterior. Tendo sido herdeiro de uma reforma educacional de longo alcance e complexidade, que durante os dois mandatos do governo que o precedeu – FHC – mudou os rumos da educação brasileira do nível básico ao superior, restava a esse governo re-reformar a educação ou conservar e manter as iniciativas anteriores. A opção parece ter sido pelo segundo caminho. (OLIVEIRA, 2009, p. 198)”.

Dessa forma, Silva (1999) compreende que o conhecimento não nasce naturalmente, e sim é fruto de um processo de criação e interpretação social. O currículo nesse caso é um documento revelador e gerador de identidade. Nesse caso, as ideologias e os interesses envolvidos, em cada época, se constituem como fatores determinantes na formulação do currículo. O currículo é uma relação de poder, pois ele reproduz as estruturas sociais (SILVA, p.147-149)

A inclusão da sociologia como disciplina escolar se refere, intrinsecamente, as reformas educacionais, bem como as relações de poder envolvidas. Compreendem-se aqui reformas educacionais como constituídas pelas mais diversas ações, compreendendo mudanças nas legislações, nas formas de financiamento, na relação entre as diferentes instâncias do poder oficial (poder central, estados e municípios) (LOPES, 2004):

As mudanças nas políticas curriculares, entretanto, têm maior destaque, a ponto de serem analisadas como se fossem em si a reforma educacional (Lopes, 2004), inclusive me reportando à afirmação de uma das publicações do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): o currículo é o coração de um empreendimento educacional e nenhuma política ou reforma educacional pode ter sucesso se não colocar o currículo no seu centro (LOPES apud JALLADE, 2000).

Dessa forma, ao analisar a sociologia como disciplina escolar se faz importante compreender os elementos que estão envolvidos no processo de constituição da mesma, bem como os interesses implicados:

As práticas curriculares anteriores à reforma são negadas e/ou criticadas como desatualizadas, de forma a instituir o discurso favorável ao que será implantado: mudanças nas políticas educacionais visando à constituição de distintas identidades pedagógicas consideradas necessárias ao projeto político-social escolhido (LOPES, 2004).

As “disciplinas são produtos políticos de lutas por poder entre grupos sociais com interesses diferentes, que competem entre si por recursos e status” (SOUZA apud LOPES E MACEDO 2011, p.251). Somado a isso:

As comunidades disciplinares contribuem para recontextualização de textos e discursos das propostas curriculares, como também abrem a possibilidade de pensarmos como os discursos disciplinares são reforçados pelos discursos das comunidades de pesquisa em ensino de disciplinas escolares, ampliando o foco das pesquisas coordenadas por Ball. Defendemos que essas comunidades de pesquisa em ensino atuam na produção de textos das políticas curriculares e também são importantes medidores desses textos junto aos professores nas escolas, por intermédio de congressos, publicações e atividades de formação continuada. Seus textos, para nos determos ao modelo proposto por Ball, circulam por todo ciclo contínuo de políticas (LOPES e MACEDO 2011, p.269).

Ainda que a nova legislação tenha dado fôlego ao parecer nº 38/2006, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que tornava obrigatória a inclusão de filosofia e sociologia no ensino médio, ela não estabeleceu, no entanto, em que séries deveriam ser implantadas. Na época, as duas disciplinas já eram adotadas em instituições de ensino médio de 17 estados brasileiros. Para a presidente do Conselho Nacional de Educação, Clélia Brandão Alvarenga:

O conteúdo da filosofia é extremamente importante, pois dá a visão de desenvolvimento, das relações entre as pessoas. “Para construir a cidadania, o cidadão precisa estar preparado para enfrentar a

complexidade deste mundo. Uma das exigências é que ele tenha capacidade de selecionar informações e refletir sobre o que acontece no mundo” (PORTAL MEC, 2009)

Tal como consta no portal do MEC, a notícia abaixo, que data do dia 29/10/2006, intitulada *O Pensamento aliado ao saber*, cuja autoria é de Maria Elisa Franco e ocupa página inteira, deixa claro a importância do ensino da filosofia e da sociologia, ressaltando que a disciplina proporciona a consciência crítica dos alunos, os tornando cidadãos éticos (Figura 17).

O pensamento aliado ao saber

Maria Elisa Franco



■ NO NOTRE Dame, os alunos utilizam recursos lúdicos como uma grande roda colorida para despertar discussões sobre temas que estão no dia-a-dia

■ O PROFESSOR Douglas Luiz, da pH, destaca que a filosofia ajuda o jovem a desenvolver o pensamento



A partir de 2008, ensino de filosofia e sociologia será obrigatório no país. Escolas do Rio saíram na frente

Por Flávia Montebelo
flavia@oglobo.com.br

■ No fim da década de 60, o professor americano Matthew Lipman, da Universidade de Columbia, em Nova York, concebeu um programa com o objetivo de desenvolver a iniciação filosófica de crianças e jovens. Batizado de "Filosofia para crianças", ele se espalhou pelo mundo e chegou ao Brasil em 1985. Segundo o Ministério da Educação (MEC), 17 redes estaduais já têm aulas de filosofia e sociologia, entre elas a do Rio.

A partir do ano letivo de 2008, porém, o ensino das duas disciplinas será obrigatório nas escolas públicas e privadas do país. No Rio, muitas saíram na frente, como é o caso do Centro Educacional Miraflores (CEM), e utilizam os fundamentos da filosofia para promover uma educação reflexiva e, sobretudo, crítica.

— Levamos em conta a laixetária do aluno, bem como seu

tempo de concentração. Para isso, utilizamos muitos recursos lúdicos a fim de que eles aprendam a argumentar e a defender seus pontos de vista — explica Jane Lima, coordenadora pedagógica do CEM.

Entre esses recursos estão clássicos da literatura brasileira e da música popular.

— O objetivo é despertar a consciência crítica dos alunos, para que eles se tornem cidadãos éticos. Sem regras e fórmulas, eles aprendem a pensar — completa Jane.

Professor de filosofia do Colégio São Bento, no Centro, onde a disciplina é estudada a partir da 2ª série do ensino médio, Michel Alves ressalta a sua importância.

— A filosofia é fundamental para a valorização do pensamento no Brasil, que ficou altamente técnico por causa da ditadura militar. Além disso, ela transforma o aluno num ser ativo, lúdico e religioso, e não apenas num ser político — afirma Michel.

O professor Douglas Luiz, da pH, ressalta que a filosofia ajuda o aluno a desenvolver o pensamento e a ter uma linha de raciocínio lógico.

— Ele acaba se tornando uma pessoa mais questionadora e passa a querer entender o porquê do conhecimento — destaca o professor.

Figura 17: Notícia do Jornal O Globo a respeito da importância da sociologia no processo de ensino-aprendizagem

Dessa forma, percebe-se que a inclusão da disciplina no currículo da educação básica está inserida em um contexto político- social e educacional mais amplo. Político, pois as discussões sobre qualquer disciplina escolar, inicialmente, é uma discussão sobre currículo e por sua vez, currículo é um espaço de tensões, onde se disputam interesses distintos, no qual relações de poder são dimensionadas. A categoria social se refere pelo fato do currículo de estar inserido em uma sociedade, onde se pressupõe coexistência de diálogo e, por fim, educacional, por se tratar de uma política que interfere, diretamente, na esfera escolar.

Percebe-se, portanto, que, na década de 1990, o planejamento educacional brasileiro oscilou entre a construção de uma proposta nacional e as demandas oriundas do campo internacional (FERREIRA E FONSECA, 2011). Com relação a inclusão da sociologia como disciplina obrigatória, são os mais variados, mas dependem muito das concepções dominantes sobre educação, sociedade, estado e ensino. Pode-se observar que dessas concepções depreendem-se modelos de currículos muito distintos ao longo da história e o papel da sociologia vai se alterando no interior desses modelos em disputa (SILVA, 2007).

CONCLUSÃO

A proposta desta dissertação foi refletir sobre o debate público ocorrido em jornais da imprensa carioca e paulista sobre a obrigatoriedade da sociologia, a partir do recorte cronológico que se inicia no ano de 2001, período do veto do projeto de lei que tornava obrigatória a disciplina no Ensino Médio pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, e se estende até o ano de 2008, período em que a disciplina se tornou obrigatória no currículo das três séries do ensino médio, por meio da lei 11.684/08, que incluiu a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio sob a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Com destaque, a pesquisa focalizou os jornais O Globo, A Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, através da análise crítica dessas fontes históricas.

Dentre as notícias analisadas nesta pesquisa, notou-se que o debate sobre o veto e a reintrodução da disciplina no cenário político educacional se deu de acordo com o posicionamento de cada governo vigente, ou seja, no governo Fernando Henrique Cardoso, as instituições como o Ministério da Educação e Conselho Nacional da Educação não demonstraram interesse em reintroduzir a sociologia como disciplina no currículo da educação básica. Para embasar suas respectivas posições o governo deu destaque aos argumentos como a transversalidade prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ausência de profissionais da área para lecionar tais disciplinas nas escolas do país. Dessa forma, o veto dado à sociologia e a filosofia naquele período vem corroborar todo panorama sócio-econômico-político daquele momento.

Observou-se que o debate sobre o veto, no governo FHC e a reintrodução da sociologia, no governo Lula poderia ser compreendido com o auxílio de Luckesi, que apresenta as relações entre educação e sociedade. De acordo com o autor, essas relações poderiam ser de redenção, reprodução e transformação. A primeira, como o próprio nome sugere, entende a educação como meio de resgate da sociedade de todas as misérias e problemas existentes. Essa perspectiva de remissão da sociedade pode ser vista tanto nas notícias sobre governo FHC, quanto do governo Lula. Nos impressos referentes ao governo FHC, nos três jornais, esta concepção foi vista principalmente nas notícias que se opõe aos argumentos e falas do presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex Ministro da Educação, ou seja, ela foi proferida por atores que entenderam a sociologia como a disciplina que libertará o indivíduo do meio social e fomentar o espírito humanístico.

Já a segunda perspectiva traçada por Luckesi, a reprodutora, vê a escola como inserida na sociedade e seu objetivo seria a manutenção da sociedade tal como é. No governo FHC, a obrigatoriedade da sociologia foi vetada, pois não interesse em modificar o “status quo”, ou seja, o projeto educacional governamental não demonstrava interesse em transformações. Logo os jornais que abordaram este período trataram este momento da seguinte forma nas notícias: no governo FHC, a maior incidência dos impressos discorria sobre os motivos colocados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para o veto e as falas do Ministro da Educação e do Conselho Nacional de Educação da época, contrários a reintrodução da sociologia.

A perspectiva transformadora entende a educação como o instrumento que auxiliaria o indivíduo a compreender e analisar criticamente a realidade social. Mais do que isso, essa visão vai na contramão de uma educação reprodutora, pois ela prevê que o indivíduo é detentor de saberes, práticas e conhecimentos. Para tanto, a escola deveria ser mediadora deste sujeito com a sociedade, entendendo que ele não é isento e traz com ele suas experiências. Essa relação transformadora apareceu com maior incidência nos impressos do governo Lula. Neste governo, as notícias ligadas à temática colocam a sociologia como uma disciplina que promovia a formação humanística e que estimulava o olhar sobre o sujeito enquanto ser social e membro da sociedade.

Sabendo que os organismos internacionais tinham papel preponderante na formulação de políticas públicas educacionais, nas notícias coletadas no período FHC, observou-se que a maior parte delas tratava a educação como o desdobramento dos interesses governamentais. Dessa forma, o entendimento dado a educação estava relacionado a uma concepção empresarial mais ampla, direcionada a formação de jovens e estudantes para o mercado de trabalho, não tendo espaço, assim, para discussões e análises críticas, vinculadas à sociologia. Pode-se perceber isto na notícia do dia 10/10/2001, do jornal A Folha de São Paulo, intitulada MEC é contra a sociologia no ensino médio. No impresso, escrito pelo editorial do jornal se afirmava que a introdução da sociologia não estaria vinculada a proposta curricular e ela já estaria sendo produzida de modo transversal, ou seja, sua volta representaria um retrocesso. Entretanto, algumas notícias do período tratavam a sociologia como uma disciplina que permitia os alunos compreender analiticamente a realidade social na qual estavam inclusos e, além disto, caberia também a disciplina estimular os estudantes para transformar tal realidade, formando sujeitos conscientes e interventores sociais. Percebeu-se com isso que os jornais neste período optaram por uma postura oscilante:

ora com certa indefinição com relação à inclusão da disciplina no currículo, ora com o discurso de que a mesma não é necessária, uma vez que o currículo já possuía uma ampla oferta de disciplinas e em algumas vezes apoiando a reintrodução. Muitos destes argumentos foram embasados nas falas do presidente Fernando Henrique Cardoso, do Ministro de Educação Paulo Renato de Souza, alguns outros nomes da sociedade civil e entidades políticas. Grande parte destes levantou as seguintes questões: “Se o currículo já está tão inchado, por que incluir mais disciplinas?” ou ainda: “O ensino da sociologia já é feito de modo transversal, não necessitando a inclusão da mesma como disciplina”.

Durante o governo do presidente Lula se observou certa ruptura com o ideário político-educacional anterior, onde os movimentos sociais, entidades, sindicatos e membros da sociedade civil se reorganizaram, culminando com a aprovação da lei 11.684 que tornou a sociologia como disciplina obrigatória no currículo do ensino médio. Nesse sentido, percebeu-se que a inclusão da disciplina nesse momento foi decorrente tanto da forma de se compreender a política educacional, como da atuação e organização maciça desses atores envolvidos.

A partir das análises das fontes coletadas, foi observado que, assim como no governo anterior, as notícias também tratavam as propostas educacionais como uma continuidade dos interesses governamentais, sendo que as falas mercadológicas e empresariais já não mais se destacaram nos discursos presentes nos jornais. Ainda que não tenha sido possível observar a sociologia como necessária ao currículo escolar, notou-se certo crescimento de análises e argumentos colocando a sociologia em um lugar de maior destaque no currículo. Tal fator foi observado na notícia do dia 20/02/2006, do jornal O Estado de São Paulo, intitulada *MEC quer aulas de filosofia e sociologia*, pois nesta notícia a disciplina foi percebida como essencial no processo de desenvolvimento do aluno, na formação e análise crítica da sociedade. Percebeu-se com isso que os jornais neste momento se assemelhavam em muitos pontos ao período anterior, uma vez que mantém uma postura de indecisão com relação a inclusão da disciplina no currículo, porém a presença de falas em apoio a inclusão da disciplina foram mais recorrente neste contexto.

Como dito, é importante mencionar que durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a atuação de movimentos sociais, instituições e organizações como APSERJ, estudantes dos cursos de graduação, professores da educação superior e da educação básica tiveram papel relevante na ampliação das discussões que culminou na inserção da sociologia. Dessa forma, percebemos que a relação entre educação e

sociedade no período estudado, a partir das discussões travadas, foram demarcadas e influenciadas pelos agentes envolvidos, como o MEC, CNE. Além destes, a imprensa também apresentou um papel importante na época, uma vez que também possuía interesses próprios, configurando assim um ambiente de disputa.

Mais recentemente, a sociologia bem como a filosofia voltou a ser palco de muitas discussões, principalmente no que tange a sua obrigatoriedade. A nova Reforma do Ensino Médio objetiva a implantação de escolas de ensino médio em tempo integral, ampliação progressiva da carga horária para 1400 horas, a instituição de uma base nacional comum curricular, a partir de itinerários formativos e áreas de conhecimento, a obrigatoriedade da língua portuguesa e matemática nos três anos do ensino médio, além de estudos e práticas das disciplinas de artes, educação física, filosofia e sociologia.

Em destaque, a Lei 13.415/2017 retirou a obrigatoriedade da sociologia no currículo e prevê apenas que seu ensino deverá ser ministrado por meio dos estudos e práticas, o que deixa em aberto o modo como seus conteúdos serão abordados em sala de aula. Por mais que o debate sobre a reforma do ensino médio, bem como a formulação de uma base nacional comum curricular seja um debate atual e em processo de efetivação, esse debate reacende uma discussão antiga, que é o modelo transversal, ou seja, a diluição dos conteúdos da sociologia em outras disciplinas. Vejamos: ao longo do percurso histórico das disciplinas, em especial a sociologia, a transversalidade sempre foi assunto bastante recorrente, seja no texto das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, onde os conteúdos da sociologia eram alocados em outras disciplinas, como história ou geografia; seja na própria formulação da LDB, onde abre possibilidades para a sociologia compor a parte diversificada ou os temas que atravessam outras disciplinas da grade curricular do Ensino Médio.

Ainda que não se tenha uma posição definitiva acerca disto, e a partir das inúmeras mobilizações que ocorreram e ainda ocorrem na sociedade civil, sobre a obrigatoriedade ou transversalidade destas, o atual governo deixou a cargo da Base Nacional Comum Curricular a discussão sobre a presença ou ausência da disciplina no currículo, a relegando para as chamadas áreas de conhecimento. No governo FHC, o MEC, sob a regência de Paulo Renato de Souza, se posicionou de forma clara sobre sua posição não favorável a inclusão das disciplinas. Isto pode ser visto na notícia do dia 02/09/2001, no jornal A Folha de São Paulo, intitulada *Reeducação Curricular*, em que se destacava que a reintrodução da disciplina não deve ser feito, pois, segundo a autora, não dá para tornar uma lei nacional o que escapa as realidades regionais.

Mediante a isso, a presença ou ausência da sociologia está vinculada as propostas educacionais relacionadas ao governo vigente, mas é importante frisar que a volta da disciplina para o currículo da Educação Básica no governo do presidente Lula sempre foi uma reivindicação de organizações de estudantes de Ciências Sociais, sindicatos e até mesmo de especialistas em Educação que a consideram importante no papel da construção da cidadania dos indivíduos em sociedade (ALMEIDA, 2011), permitindo que esses indivíduos compreendam a realidade na qual estão inseridos, estimulando a capacidade analítica e fortalecendo o senso crítico, justificando a presença e a permanência da sociologia como disciplina obrigatória no currículo da educação básica.

Podemos entender que as transformações que ocorrem no campo da educação no Brasil, em especial nos currículos, têm estreitas ligações com o contexto sócio-político vivido e com os interesses governamentais em voga. Percebemos, atualmente, uma clara desvalorização das ciências humanas em detrimento das ciências tidas como exatas, onde se alega que a primeira não oferece resultados imediatos e produtivos para a sociedade, anulando qualquer forma de promoção do pensamento crítico e da humanização do indivíduo enquanto membro da sociedade.

Sendo assim, pesquisas e análises sobre a temática da disciplina sociologia tem sido recorrentemente, objeto de estudo para muitas investigações. Como exposto, em termos gerais, as pesquisas que tratam da temática da disciplina sociologia, normalmente a fazem relacionando com a legislação, o percurso histórico traçado por ela ou ainda com sua presença em manuais e livros didáticos. Estudos como este são relevantes para o campo educacional, pois além de evidenciarem a temática da disciplina sociologia, podem contribuir também, com a reflexão acerca de sua trajetória nos veículos impressos.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Carlos Fernando de. **A sociologia no ensino médio depois de sua obrigatoriedade em 2008: avanços e perspectivas**. X Programa de Pesquisadores do Programa de Educação: Currículo 2011. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 2011.
- ALTMANN, Helena. **Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro**. Educação e Pesquisa, v. 28, n. 1, p. 77-89, 2002.
- AMARAL, Roberto. **Imprensa e controle da opinião pública (informação e representação no mundo globalizado)**. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (org). Imprensa e poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.(Coleção Comunicação).
- AZEVEDO, Gustavo Cravo de. **Sociologia No Ensino Médio: Uma Trajetória Político-Institucional (1982-2008)**. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF, 2014
- AZEVEDO, Andreia Matias. **Educação como redenção, reprodução e transformação**. Revista Educação, Cultura e Sociedade, v. 4, n. 2, 2014.
- BARBOSA, Marialva. **Imprensa, Poder e Público: os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)**. Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 20, n. 2, 2012.
- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio**; volume 3: Ciências Humanas e suas tecnologias: conhecimentos de sociologia. Brasília, 2006
- _____. MEC/Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.3, de 26 de jun. de 1998**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 1998
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Educação. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.camara.gov.br>
- BRASIL. Lei n. 11.684, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a Filosofia ea Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Diário Oficial da União, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB nº15/1998**. Diretrizes Curriculares Nacionais Para O Ensino Médio. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Conselho Nacional de Educação. **Resolução 03/98/CNE**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares Nacionais**. Brasília, 2006. BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, 1999

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Padre Roque Zimmemann. **Projeto de Lei 3178/1997**. Altera dispositivos do art. 36. Da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Brasília, DF, 1997.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Ribamar Alves. **Projeto de Lei 1641/2003**. Altera os dispositivos do art. 36. Da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - Brasília, DF, 2003.

BRAGA, Rui & Burawoy, Michael (orgs.). **Por uma sociologia pública**. São Paulo: Alameda.

BUFFA, Ester; ARROYO, Miguel; NOSELLA, Paolo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?**. In: Educação e cidadania: quem educa o cidadão?. 3º edição, 1991.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **O controle da opinião e os limites da liberdade: imprensa paulista (1920-1945)**. Revista Brasileira de História, v. 12, n. 23/24, p. 5575, 1991.

BURAWOY, Michael. (2007). **Open the social sciences: To whom and for what?** Portuguese Journal of Social Science , 6/3, p. 137-146.

BURAWOY, Michael. (2009b). **Cultivando sociologias públicas nos terrenos nacional, regional e global**. In: Braga, Rui & Burawoy, Michael (orgs.). Por uma sociologia pública . São Paulo: Alameda, p. 219-232.

CAMPOS, Raquel Discini de. **No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 11, n. 1 [28], p. 45-70, 2012.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso de. (Org.). **Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio**. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí, 2004

COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. **Sociologia e mudança social**. Sociologia, v. 9, n. 4, p. 287-331, 1947.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 38/2006**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 2/05/2019.

DE ARAUJO, Jessica Costa. **O ensino de sociologia na imprensa brasileira: o caso do jornal O Estado de São Paulo**. *Habitus*, v. 14, n. 1, 2016.

DE OLIVEIRA, Ozerina; DE SOUZA DESTRO, Denise. **Política curricular como política cultural: uma abordagem metodológica de pesquisa**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2006.

DE SAES, Décio Azevedo Marques. **Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania**. 2003.

DE CARVALHO, Keila Lúcio. **Abrir as ciências sociais: Sociologia pública e engajamento**. *Enfoques*, v. 14, n. 1, p. 7-18.

DIAS, Fábio Mattos Leal. **Análise das políticas educacional para o ensino básico do governo Lula e propostas de intervenção**. Conteudo Juridico, Brasília-DF: 07 fev. 2018. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.590319&seo=1>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**. 2002.

DOS ANJOS, Bruna Lucila de Gois. **Sociologia No Ensino Médio: Uma Análise Comparada De Propostas Curriculares**. Dissertação de Mestrado apresentada no Programa de Pós Graduação em Educação da UFRJ, 2016.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; FONSECA, Marília. **O planejamento das políticas educativas no Brasil e seus desafios atuais**. *Perspectiva*, v. 29, n. 1, p. 69-96, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutivo**. 2ª edição. 1986. Fundação Getulio Vargas (CPDOC) Vargas, Getúlio. **Verbetes bibliográficos**. [http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao paulo](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo), acesso em 17 de abril de 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. *Educação & sociedade*, v. 24, n. 82, 2003.

_____; CIAVATTA, Maria. **Perspectivas sociais e políticas da formação de nível médio: avanços e entraves nas suas modalidades**. *Educação & Sociedade*, v. 32, n. 116, 2011.

GESTEIRA, B. M.; SILVA, G. M. H. **O retorno da sociologia na escola: a crítica e a cidadania como instrumentos da democratização do país (1980-1990)**. *Revista Habitus*, v. 10, p. 64-78, 2012.

GESTEIRA, Beatriz Muniz. **A cidadania como objetivo do ensino de sociologia no ensino médio: o sentido atribuído pelas instituições políticas**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- GOODSON, I. **As políticas de currículo e de escolarização**. Vozes, 2004
- HANDFAS, Anita; MIRANDA, Aline; e FRANÇA, Thays. **A Trajetória da Sociologia** no Rio de Janeiro. 2012
- HERMIDA, Jorge Fernando. **A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções**. Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”[periódico na internet], 2012.
- LATTMAN-WELTMAN, Israel; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. 2. Ed. rev. atua. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 2.2352.244
- LEAL, Ana Regina Barros; SOUZA, Maria Isabel Amphilo R. **Gêneros Jornalísticos: análise dos jornais “O Estado de São Paulo” e “Diário de São Paulo”, São Paulo**.
- LOPES, Alice Casimiro. **Teorias de currículo**. Cortez Editora, 2014.
- LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. Contribuições de Stephen Ball para o estudo de políticas de currículo. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, p. 248-282, 2011.
- LOPES, Alice Casimiro. **Políticas curriculares: continuidade ou mudança de rumos?**. 2006.
- _____. (2004). **Políticas de currículo: mediação por grupos disciplinares de ensino de ciências e matemática**. In: LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth (orgs.). Currículo de ciências em debate. Campinas: Papirus, p. 45-75.
- LUCA, Tânia Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação coleção magistério 2º grau**. Série formação do professor. 1999.
- MACHADO, Celso S. (1987). **O ensino de sociologia na escola secundária brasileira: levantamento preliminar**. Revista da Faculdade de Educação. 13 (1): 115-148, jan./jun., São Paulo, Feusp.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967
- MELO, José Marques de (org). **Gêneros Jornalísticos na Folha de São Paulo**. São Paulo: FTD, 1992.
- MAZINI, André. **A História entre o Jornalismo e a Literatura: Fronteiras narrativas e metodologias possíveis**. Revista Comunicação & Mercado/UNIGRAN, Mato Grosso do Sul, 2012.
- MEUCCI, Simone. **A institucionalização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais e cursos**. 2000. Tese de Doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas.
- MINAYO, M. C. S. ; DELANDES, Suely Ferreira ; GOMES, Romeu . **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 32. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. v. 1. 110p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei 9394/1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

MORAES, Amaury Cesar. **Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato**. Tempo Social, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2003.

_____. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade**. Cadernos Cedes, v. 31, n. 85, p. 359-382, 2011.

MORAES, Luiz Fernando Nunes. **Da Sociologia cidadã à cidadania sociológica: as tensões e disputas na construção dos significados de cidadania e do ensino de Sociologia**. 2009. Dissertação (Mestrado em sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MOREIRA, Fabiane Barbosa. **Os valores-notícia no jornalismo impresso: análise das' características substantivas' das notícias nos jornais Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo**. 2006.

MOTA, Kelly Cristine Corrêa da Silva. 2005. **Os lugares da sociologia na formação de estudantes do ensino médio: as perspectivas de professores**. Revista Brasileira de Educação, n 29, p 88-107.

O GLOBO. **Acervo O Globo. Rio de Janeiro, 2011**. Disponível em: <<http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-eacute-lancccedilado9196292>>. Acesso em: 3 de maio de 2019

OLIVEIRA, Otair Fernandes de e JARDIM, Antonio de Ponte. **O retorno da Sociologia no Ensino Médio no Rio de Janeiro: uma luta que merece ser pautada!** Perspectiva Sociológica Revista Eletrônica, Colégio Pedro II, Departamento de Sociologia, ano 2. maio, set/2009.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. **Informação e política nos primórdios da imprensa paulista: O Farol Paulistano (1827-1831)**. História (São Paulo), v. 29, n. 2, p. 295-319, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 25, n. 2, 2009.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Das políticas de governo à política de Estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira**. Educação & Sociedade, v. 32, n. 115, 2011.

PASQUINI, Adriana Salvaterra; TOLEDO, César Alencar. **Historiografia da educação: a imprensa enquanto fonte de investigação**. Interfaces Científicas Educação, v. 2, n. 3, p. 257-267, 2014.

PIMENTEL, Alessandra. **O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica**. Cadernos de pesquisa, v. 114, p. 179-195, 2001.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mensagem n 1073, de 08 de outubro de 2001**.

(Veto ao projeto de lei nº 9/20001).

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Autêntica, 2008.

RESES, E. **E com a palavra: os alunos - estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no ensino médio**. 2004. 134f. Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

ROMANO, Fábio Geraldo. **A luta em defesa da Sociologia no Ensino Médio: 1996-2007: um estudo sobre a invenção das tradições**. 2009.

SANTOS, Virginia Machado Kurtz dos. **A configuração das tendências educacionais e pedagógicas e da inclusão da educação ambiental: reflexões iniciais**. 2007.

SAVIANI, Dermeval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto**, v. 20, 2005.

SILVA, Ileizi Fiorelli. **A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina**. revista Cronos, v. 8, n. 2, 2007.

_____. **A sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina**. Revista Cronos, v. 8, n. 2, 2012.

SOUSA, N. F. **O ciclo de políticas de Stephen Ball e a análise de políticas curriculares: contextualizando a geografia**. Revista de Ensino de Geografia, p. 43-57.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. In: Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 1999. Belo Horizonte, Autêntica

_____. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica, 2016.

TADEU DA SILVA, Tomaz. **Documentos de identidade. Uma introducao as teorias do currículo**. Autentica. Belo Horizonte, 1999.

VIEIRA NUNES, Ione Cristina; SILVA BRAGA, Lucelma. **A reforma da Educação Superior no Brasil: da herança neoliberal de FHC ao legado de Lula**. Revista Desafios, v. 3, n. 1, p. 68-79, 2016

ZICMAN, Renée Barata. **História através da imprensa: algumas considerações metodológicas**. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. e-ISSN 2176-2767; ISSN 0102-4442, v. 4, 1985.